

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Mesa da Assembleia
 - 1.3 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/12/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e da Deputada Ione Pinheiro

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 85/2018; Projetos de Lei nºs 5.503 a 5.507/2018; Requerimentos nºs 12.022 a 12.032/2018; Requerimentos Ordinários nºs 3.348 e 3.349/2018 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Agropecuária – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Dilzon Melo, Paulo Guedes e Cláudio do Mundo Novo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questões de Ordem – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.457/2018; aprovação; solicitação de verificação de votação; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; anulação da votação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Rogério Correia, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Breno Max de Jesus Silveira, promotor de justiça, encaminhando cópia do despacho de instauração do Inquérito Civil nº 0133.18.000600-8. (– À Comissão de Saúde.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N º 85/2018

Autoriza municípios mineiros a integrarem a região metropolitana de Brasília.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os municípios de Buritis, Unaí e Cabeceira Grande autorizados a integrar a região metropolitana de Brasília, conforme § 3º da Medida Provisória nº 862, de 04 de dezembro de 2018.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2018.

Sávio Souza Cruz

Deputado Estadual

Justificação: A criação da região metropolitana de Brasília visa facilitar as ações administrativas na região do entorno da capital federal, que reúne municípios de Goiás e Minas Gerais, permitindo aos governos locais coordenar ações e investimentos, simplificando esforços e reduzindo gastos. A MP 862 abre a possibilidade de integração de municípios de mais de uma unidade federativa, desde que sejam limítrofes de outros que componham a área metropolitana brasileira. É o caso de Buritis, Unaí e Cabeceira Grande, que veem na medida uma forma de se beneficiar dos ganhos que o pertencimento à região metropolitana de

Brasília podem trazer no que diz respeito à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum. Conto com o apoio dos pares para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.503/2018

Declara de utilidade pública a Casa de Convivência Dom Luciano, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Casa de Convivência Dom Luciano, com sede no Município de Congonhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2018.

Deputado Fred Costa (PATRI)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.504/2018

Declara de utilidade pública a Associação Missão Vida, com sede no Município de Guaxupé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Fica declarada de utilidade pública a Associação Missão Vida, com sede no Município de Guaxupé.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2018.

Deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.505/2018

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Córrego Padre Ângelo (ASPRANGELO), com sede no Município de Conselheiro Pena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Córrego Padre Ângelo (ASPRANGELO), com sede no Município de Conselheiro Pena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2018.

Deputada Celise Laviola (MDB)

Justificação: Associação dos Produtores Rurais do Córrego Padre Ângelo (ASPRANGELO), é uma associação com características de uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fim econômico, de direito privado, com autonomia administrativa e econômica. A associação tem como objetivo, desenvolver atividades para implementar a economia do povoado, com propostas e alternativas de projetos, programas, interagir no setor governamental com a iniciativa privada, além de elaborar programas relativos ao meio ambiente, culturais, educacionais, saúde, treinamento, capacitação e atualização profissional.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.506/2018

Declara de utilidade pública o Grupo Comunitário de Produtores Rurais São Geraldo, com sede no Município de Conselheiro Pena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Comunitário de Produtores Rurais São Geraldo, com sede no Município de Conselheiro Pena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2018.

Deputada Celise Laviola (MDB)

Justificação: O Grupo Comunitário de Produtores Rurais São Geraldo, é uma associação sem fins lucrativos, tem por finalidades, organizar-se para o desenvolvimento da região da chapada Bueno, proporcionando condições de lutarem unidos, buscando a melhoria das condições de vida e trabalho fomentando a produção agrícola, busca soluções para o saneamento básico na região, bem como fontes alternativas de energia e aproveitamento e reciclagem do lixo, dedica-se a produção para atendimento às demandas da agricultura familiar e outros projetos governamentais, seja a nível municipal, estadual ou federal.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.507/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Itatiaia e São Roque, com sede no Município de Conselheiro Pena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Itatiaia e São Roque, com sede no Município de Conselheiro Pena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2018.

Deputada Celise Laviola (MDB)

Justificação: Associação Comunitária do Itatiaia e São Roque, tem a finalidade de promover e orientar toda e qualquer iniciativa que vise o desenvolvimento social, técnico, econômico, cultural, educativo, esportivo, de lazer e turismo, assistência à saúde e ao menor carente e idoso do município. Elaborar um plano anual de trabalho que será composto pôr programas relativos as áreas de educação, assistência social, saúde, transporte, obras, infraestruturas, habitação, agricultura, pecuária, indústria, comércio, meio ambiente, esporte e lazer, nos quais estão previstos a execução de projetos e treinamentos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 12.022/2018, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com Emílio Henrique Pereira, extensivo ao professor de língua portuguesa Michael Antônio Inácio Martins e à diretora da escola Dom Otávio Chagas de Miranda, em Borda da Mata, Rosana Cristina Silva Scavone pela conquista do 1º lugar na categoria de 6º ao 9º ano, no Concurso de Redação e Desenho 2018 promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, com o tema "Um copo de leite, um copo de saúde". (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.023/2018, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com Mikaelen Fabiane da Silveira, extensivo ao professor de língua portuguesa Michael Antônio Inácio Martins e à diretora da escola Dom Otávio Chagas de Miranda, em Borda da Mata, Rosana Cristina Silva Scavone pela conquista do 1º lugar do Estado na categoria de 6º ao 9º ano, no Concurso Nacional de Redação promovido pela Defensoria Pública da União com o tema "Promoção dos direitos humanos e garantia do acesso à justiça". (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.024/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que, tendo em vista o relatório da visita realizada em 4/12/2018 ao Departamento de Operações Especiais – Deoesp – para conhecimento da estrutura e do aparelhamento logístico e de pessoal dessa instituição, sejam solucionados os seguintes problemas: salas com tamanho insuficiente para acomodar os policiais, vazamento de água, coletes à prova de balas e caixas empilhadas em cima de armários, jornal afixado em janela para reduzir a incidência de luz,arceragens utilizadas como depósito, câmeras internas de segurança dentro do armário, banheiros insuficientes e inadequados, estacionamento que não permite rápido deslocamento das viaturas e inexistência de alojamentos.

Nº 12.025/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado aos parlamentares por Minas Gerais no Congresso Federal pedido de providências com vistas à aprovação do Projeto de Lei 1.113/1988, que dispõe sobre a profissão de motorista de transportes coletivos urbanos e interurbanos e dá outras providências.

Nº 12.026/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho no Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária, para a apuração do descumprimento contratual por parte das concessionárias de transporte público de Belo Horizonte, haja vista a flagrante ofensa à Lei Municipal nº 10.526, de 2012, que obriga a presença dos agentes de bordo nos coletivos e determina o reenquadramento daqueles que tenham seus postos de trabalho extintos.

Nº 12.027/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária, para a apuração do descumprimento contratual por parte das concessionárias de transporte público de Belo Horizonte, haja vista a flagrante ofensa à Lei Municipal nº 10.526, de 2012, que obriga a presença dos agentes de bordo nos coletivos e determina o reenquadramento daqueles que tenham seus postos de trabalho extintos.

Nº 12.028/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à 16ª Promotoria de Justiça de Defesa da Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/12/2018, para apuração do descumprimento contratual por parte das concessionárias de transporte público de Belo Horizonte, haja vista a flagrante ofensa à Lei Municipal nº 10.526, de 2012, que obriga a presença dos agentes de bordo nos coletivos e determina o reenquadramento daqueles que tenham seus postos de trabalho extintos.

Nº 12.029/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/12/2018, para seja proposta ação civil pública em face das empresas concessionárias de transporte coletivo da capital, haja vista a flagrante ofensa, por parte dessas empresas, à Lei Municipal nº 10.526, de 2012, que obriga a presença dos agentes de bordo nos coletivos e determina o reenquadramento daqueles que tenham seus postos de trabalho extintos, o que vem ocasionando a perda de centenas de postos de trabalho.

Nº 12.030/2018, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao atendimento da pauta de reivindicações em defesa dos direitos dos camponeses e camponesas, povos e comunidades tradicionais, atendendo a pedido formulado pela Comissão Pastoral da Terra, pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, pelo Conselho Indigenista Missionário, pela Cáritas Regional Minas e pela Pastoral da Juventude Rural, pastorais sociais do campo.

Nº 12.031/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à União dos Militares do Estado de Minas Gerais – UMMG –, à Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM –, à Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro – AMT PM/BM –, ao Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais – COPM –, à Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PMBM –, à Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom – e ao Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CSCS – ofício comunicando, com pesar, a morte do Sd. PM Marcos Vinícius Ataíde Gomes, Masp 170.934-4, ocorrida em 12/12/2018, entre Verdelândia e Janaúba, ao qual seja anexado o Requerimento nº 7.869/2017, encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública, em que a comissão já manifestava, em meados do ano passado, sua preocupação com as condições de trabalho dos policiais militares lotados no destacamento sediado no Município de Verdelândia, especificamente no tocante aos coletes à prova de bala e à viatura de grande porte e com compartimento de segurança.

Nº 12.032/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – ofício comunicando, com pesar, a morte do Sd. PM Marcos Vinícius Ataíde Gomes, Masp 170.934-4, ocorrida em 12/12/2018, entre Verdelândia e Janaúba, ao qual seja anexado o Requerimento nº 7.869/2017, encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública, em que a comissão já manifestava, em meados do ano passado, sua preocupação com as condições de trabalho dos policiais militares lotados no destacamento sediado no Município de Verdelândia, especificamente no tocante aos coletes à prova de bala e à viatura de grande porte e com compartimento de segurança.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.348/2018, do deputado Paulo Guedes em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.272/2018.

Nº 3.349/2018, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.082/2015.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Agropecuária.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, gostaria de trazer aqui uma fala que julgo muito importante diante do cenário que estamos vivendo, com o governador Fernando Pimentel e seus aliados aqui na Assembleia, de forma muito especial, a bancada do PT, insistindo em aprovar uma matéria do chamado Fundo Extraordinário – e não existe fundo –, tentando vincular receitas futuras. Uma contabilidade fraudulenta tentando enganar o povo de Minas Gerais. Do outro lado, presidente, tem uma propaganda circulando nas redes de TV e nas rádios, fazendo um pedido. Gostaria de mostrar essa propaganda para que V. Exa.

entenda o sofrimento principalmente dos servidores públicos de Minas Gerais. A meu ver, essa propaganda chega a ser um deboche. Vou pedir ao nosso serviço de som para aumentar um pouco o som deste microfone para que as pessoas possam ouvir melhor. (– Aproxima-se o celular do microfone.) Presidente, como V. Exa. e os demais colegas deputados puderam perceber, a propaganda da Cemig convoca os seus clientes, os consumidores que a utilizam para aproveitarem o 13º salário, irem lá e quitarem as contas em atraso até o dia 21. Por outro lado, presidente, até agora o Fernando Pimentel, do PT, de Minas Gerais, que ainda está sentado na cadeira de governador, não falou nada do 13º salário do servidor público. Até agora, nada. Chega a ser um deboche, uma covardia. Eles colocam uma propaganda na Cemig, que é uma empresa pública e cujo capital majoritário é do governo do Estado, e fala para o cidadão – o cliente, o consumidor – utilizar o 13º salário para pagar as suas contas, que ele terá o desconto. E estabelece o praxe máximo até o dia 21. Olha, presidente, hoje é dia 18 de dezembro, e os nossos servidores estão desesperados porque, até agora, não têm notícia alguma de quando e quanto vão receber. Enquanto isso, as notícias que chegam até nós é que Fernando Pimentel já está com as passagens compradas para ir para Paris, passear no exterior. O emprego dele, como secretário de estado, já está arrumado no Estado do Rio de Janeiro, ou melhor, no Estado da Bahia, onde o PT ganhou as eleições. É um escárnio, presidente, é um deboche! O governo do Estado faz uma propaganda através da Cemig, dizendo que o consumidor vá até a companhia quitar o débito com o seu 13º salário. E até agora nada. Será que esse prazo, dia 21, o governador vai cumprir? Será que ele vai pagar o 13º salário ao servidor público? Olha, presidente, isso não é favor. O governador não está fazendo favor ao pagar o 13º salário. É um direito do trabalhador, do servidor público civil e militar. E até agora, nada. Queria fazer um apelo aos demais colegas deputados: que possam engrossar esse coro, que possam juntar-se a nós para também cobrar da tribuna. E o que vemos aqui? Vemos a bancada do PT empenhadíssima em aprovar o projeto do fundo para livrar a cara de Pimentel. É isso o que vemos o líder de governo fazer. E agora eles estão fazendo uma chantagem. Olhem, se não votarmos o fundo, que é o estelionato da gestão do governo do PT, não votamos o orçamento do Estado. Ora, vá fazer chantagem com outro, vá fazer chantagem com outro deputado. Quem precisa da aprovação de fundo, presidente, é o próximo governo, para não ficar restrito à utilização de 1/12 por mês da receita do orçamento anterior, que é o que está previsto na lei. Então, é mais uma chantagem. A bancada dos governistas, dos aliados do PT na Assembleia, e o próprio PT estão chantageando um conjunto de deputados. Se não votarem o projeto do estelionato do fundo, eles não querem votar o orçamento. É brincadeira, é uma piada de mau gosto, é zombaria. Com relação à questão da Cemig, do 13º salário, isso é deboche com o servidor, presidente. É um deboche, é um escárnio. Esse é o governo do PT em Minas Gerais que, graças a Deus, recebeu um não retumbante nas urnas em primeiro turno.

Oradores Inscritos

– O deputado Dilzon Melo profere discurso, que será publicado em outra edição.

A presidente (deputada Ione Pinheiro) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Paulo Guedes.

– Os deputados Paulo Guedes e Cláudio do Mundo Novo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos chegando ao fim de mais um ano e de mais uma legislatura. Não poderia deixar de agradecer à Mesa, a V. Exa., ao presidente Adalclever Lopes, aos companheiros e aos colegas que

estão aqui pela convivência, pelo trabalho que realizamos nesses quatro anos. Peço desculpas por algum excesso, pelo açodamento nas votações ou nas discussões dos projetos. Quero dizer a todos que a nossa intenção sempre foi de acertar e de fazer o melhor pelo Estado de Minas Gerais, por Uberlândia, pelo Triângulo Mineiro, pelo Alto Paranaíba, por todos aqueles que estão no nosso Brasil. Como homem público, já se somam 25 anos. Estamos na primeira suplência para o cargo de deputado federal. Não obtivemos êxito, mas estamos com o nosso trabalho em dia aqui na Assembleia. Agradeço aos porteiros, aos seguranças, aos funcionários de todas as consultorias, que me ajudaram, que me auxiliaram, agradeço à Mesa e à Secretaria da Casa. Agradeço, também, aos meus assessores de Belo Horizonte, do meu gabinete, bem como aos de Uberlândia. Quero dizer-lhes que fizemos o melhor que podíamos em benefício do povo de Minas Gerais. Deixamos a Casa, presidente Dalmo, num momento de agradecer e de desejar um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos, principalmente aos prefeitos que estão aqui. Eles estão muito preocupados com o que estamos vendo e um pouco frustrados, pois vínhamos avisando isso desde 2015 por sermos economista, administrador, especialista na área financeira e orçamentária no serviço público, com cinco mandatos de vereador na Câmara Municipal de Uberlândia, secretário municipal, deputado estadual nesta Casa e membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estamos vendo o que está acontecendo em Minas Gerais e não poderíamos deixar de registrar isso. Minas Gerais hoje possui uma dívida pública com a União e com credores externos, como o Bird, o Banco Mundial, ou dívida em dólar com o Banco do Brasil. A dívida com a União era de R\$98.000.000.000,00 em outubro. O restante de R\$118.000.000.000,00 é a dívida total e pouco mais de R\$20.000.000.000,00 são de dívida externa. São R\$98.000.000.000,00 de dívida interna e entorno de R\$20.000.000.000,00 de dívida externa. Os mineiros devem R\$118.000.000.000,00 de dívida fundada em Minas Gerais. Estamos vendo uma situação muito difícil, prefeito Rui Ramos, que está presente aqui. Em dezembro do ano passado, esta Casa aprovou uma negociação de mãe para filho com o governo federal. O Temer foi uma mãe para Minas Gerais. Ele fez a Lei Complementar nº 159, de 19/5/2017. Essa lei aumentou o prazo pagamento da dívida interna com União de R\$98.000.000.000,00 em 20 anos. Reduziu seis meses, com isenção de pagamento para o Pimentel. O Pimentel ficou seis meses sem pagar a dívida com União. Houve descontos e depois foi voltando a cada mês 10%. Foi um negócio muito bom. Tínhamos de ter uma contrapartida para essa lei especial para Minas, que seria não aumentar a despesa corrente em 4%. Este ano ela vai aumentar em 10%. Não cumprimos o que está assinado, o que está pactuado, o que está colocado com o governo federal. Isso foi votado nesta Assembleia e sancionado pelo presidente. O orçamento que está aqui para voltar também não cumpre. Ele aumenta a despesa corrente em 12%. E esse acordo teria de ser cumprido em 2018 e o ano que vem, 2019. E se não cumprirmos esse acordo da renegociação da dívida com a União? Teremos multa de R\$6.000.000.000,00 a R\$10.000.000.000,00 pagos automaticamente, de uma vez, pelo futuro governador Romeu Zema. Essa lei veio depois da lei do Rio de Janeiro. A lei do Rio de Janeiro é a Lei Complementar nº 15.156, de 28/12/2016. A lei que renegociou a dívida de Minas é de 2017. Nessa lei do Rio de Janeiro, foi feito um programa de recuperação fiscal para os estados. O Rio de Janeiro acionou essa lei e aderiu a esse programa. O atual secretário do Zema, Gustavo Leite Barbosa, é de Uberaba e era o secretário de Fazenda do Pezão, está querendo aderir a essa lei, mas não demos conta de cumprir a lei mamão com açúcar, que é a lei complementar que o Temer fez para Minas em 2017. Portanto, como é que vamos aderir a uma lei, que é um quiabo com pimenta pura? Essa lei de 2016, em que se baseia o programa de recuperação fiscal do Rio de Janeiro, exige muito mais do que só não crescer as despesas correntes em 4%. Vou dizer outra coisa, Sr. Presidente, além do Poder Executivo, os outros entes não querem colaborar com o ajuste fiscal. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Rui, que não dá nenhuma liminar para vocês. O Pimentel está roubando dinheiro das prefeituras para pagar suas contas. Rouba o que está sagrado e consagrado na Constituição Federal: os 25% do ICMS, que deve ser repassado aos municípios. Rouba o dinheiro do IPVA. Rouba o dinheiro do Fundeb, que é carimbado. Ele está simplesmente pondo fogo na Constituição da República, sob os aplausos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que é sócio do Estado. Mas o tribunal, presidente, que é um dos entes dessa Casa, assim como o Ministério Público e esta Casa estão aqui estão aqui: para o ano que vem, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem aumento de despesa de 29,13%. Seu orçamento está crescendo de um ano para o outro em 29,13% e fala assim: “Tenho dinheiro das taxas dos cartórios”. Ora, o caixa é um só. O ajuste fiscal não pode ser só sobre o Poder Executivo. É impossível de fazê-lo. O Ministério Público está aqui aumentando a

despesa de pessoal em 9,73% e o seu orçamento, de um ano para o outro de R\$2.193.000.000,00 para R\$2.328.000.000,00, que dá 6,18%. A Assembleia está crescendo o seu orçamento em 3%, mas não são 29% igual ao Tribunal de Justiça. Creio que o Tribunal de Justiça não entendeu onde está Minas Gerais. Vou explicar. Hoje Minas Gerais tem R\$118.000.000.000,00 de dívida externa fundada com a União. Tem R\$35.000.000.000,00 debaixo do tapete do palácio – de R\$30.000.000.000,00 a R\$35.000.000.000,00 –, que é o que o Sr. Pimentel gastou e não pagou em 2015, 2016, 2017 e 2018. Desde o acerto da aposentadoria de um funcionário que já se aposentou em 2015 e não recebeu R\$120.000,00 – e tem de receber – até o dinheiro que roubou dos prefeitos, até o dinheiro que não repassou da saúde, até o depósito judicial que o Tribunal de Justiça, avisado por mim 500 vezes, entregou de R\$5.000.000.000,00 ao Helvécio e ao próprio José Afonso para pagarem conta em 2015 e continuarem a pedalar, essa bola de neve atômica. Pegaram R\$5.000.000.000,00, ou seja, dinheiro de terceiros, autorizados pela Justiça, para o governador tampar o rombo de 2015 e continuar pedalando essa bicicleta. Companheiro de Dilma, Dilma é. E agora? Agora tem R\$35.000.000.000,00 para o Zema pagar, debaixo do tapete. Sabe quando, Srs. Prefeitos, vocês receberão o dinheiro que ele lhes surrupiou? Nunca. Esse dinheiro não será pago. É mais fácil nascer grama neste tapete vermelho da Assembleia do que o Zema pagar R\$0,01 do que o Pimentel surrupiou do ICMS, do Fundeb e do dinheiro de vocês. É impossível que ele pague com R\$35.000.000.000,00 de conta debaixo do tapete. Além disso, com um déficit no ano que vem, de 1º a 31 de dezembro, de R\$14.000.000.000,00 no mínimo, somados os gastos de todos os dias. No dia em que o Zema chegar ao centro administrativo, ao apagar a luz, são R\$38.000.000,00 por dia; e R\$14.000.000.000,00, em 365 dias. Quer dizer, quando se apaga a luz em Minas Gerais ou quando o sol se põe, o governo gasta todos os dias, de segunda a domingo, R\$38.000.000,00 a mais do que arrecada e tem um rombo futuro no exercício orçamentário do ano que vem de, no mínimo, R\$14.000.000.000,00. Esse rombo não é com carguinho de confiança, mas, sim, em despesa com pessoal, com os efetivos, a massa de salários da educação e da polícia. Não tem como cortar nem como fechar escola e batalhão de polícia. A situação é grave. Advirto aqui formalmente o Sr. Gustavo, futuro secretário de Fazenda: Minas Gerais não é o Rio de Janeiro. No primeiro ano do Sr. Pezão, o Rio de Janeiro teve R\$8.000.000.000,00 a mais de receita do que Minas Gerais – lembro-me disso em 2015 – e estava quebrado. Só que Minas Gerais tem 853 cidades; e o Rio de Janeiro, 91. Só que Minas Gerais tem 22 milhões de pessoas; e o Rio, 14 milhões. Rio de Janeiro é uma cidade, a capital; Minas são muitas regiões diferentes, grandes, do tamanho da França e não da Bélgica. Então, cuidado ao querer adotar uma lei. Quer dizer, pensar que resolverá o problema do Zema adotando a Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016. Minas não deu conta de fazer o acordo com a União em relação à dívida nem de cumprir o que foi votado nesta Casa: a Lei Complementar nº 159, de 19/5/2017, quase um ano depois, ou melhor, no ano seguinte à lei do Rio de Janeiro. Uma lei muito mais suave, amiga e boa para Minas Gerais. Mas Fernando Pimentel não cumpriu nada. Então, terá de pagar de R\$6.000.000.000,00 a R\$10.000.000.000,00 de uma vez só ao Tesouro Nacional, porque não cumpriu um item do acordo que celebrou com a União nem no orçamento que deixa para Zema nem no ano de 2018. E querem arrumar o Estado com R\$35.000.000.000,00 debaixo do tapete, devendo para a União e os credores externos R\$118.000.000.000,00 e com um rombo, de 1º a 31/12/2019, de R\$14.000.000.000,00. Esse é o governo que habitou aqui, por quatro anos. Cansei de escrachar e de cobrar do fanfarrão do Helvécio, de cobrar do irresponsável e cabeça fria do José Afonso, de cobrar do empurra com a barriga do barrigudo Pimentel – desculpe-me a expressão. Esse pessoal não tem vergonha na cara, eles são politíqueiros, são sem-vergonha. Esta Casa foi conivente com eles, aprovando projetos de lei a troco de verba para os senhores prefeitos que estão aí. Muitos mamaram, durante o mandato todo, e agora estão reclamando. É, Srs. Prefeitos, gostavam da verbazinha! Então, vamos parar de hipocrisia. Eu, realmente, gosto das coisas sérias e corretas. Assumi uma postura aqui, no dia 1º/2/2015, e saio hoje com a mesma postura, sem mamar nas tetas, sem mentir, sem ludibriar e sem pensar em reeleição, porém pensando na verdade, no trabalho, no compromisso e em servir todos os mineiros, em servir a minha cidade. Portanto, agradeço a compreensão e colaboração de todos. Vejo o governo que se avizinha perdido, com ideias que não vão a lugar nenhum e, acima de tudo, com dificuldades enormes para conseguir o grande ajuste de que Minas Gerais precisa. E esse fundo farsante, essa ideia mirabolante? Petista é o povo mais criativo do mundo, inventa tudo quanto é trambique fiscal, tudo quanto é confusão de contabilidade. Eles não conhecem o princípio dos usos e fontes. Na contabilidade deles, um mais um são dez.

Por isso que o Brasil está no fundo do poço, nos governos federal e estadual. Combati o bom combate aqui, da tribuna, com os números, as provas, e avisei tudo que ia acontecer, em 2015. Mas não serviu para nada, falei para as paredes, falei ao vento, mas falei para ficar escrito na história e nos anais da verdade e da razão. Tenho fé e tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Não havendo quórum, solicito o encerramento de plano da reunião... Presidente, eu havia combinado com o deputado Sargento Rodrigues que pediria o encerramento da reunião. Mas, em consideração a V. Exa., vou pedir que continue a reunião desde que não se vote nada aqui, não se faça nada, já que nós, da oposição, estamos, neste momento, com o avançar das horas, 16 horas, precisando encerrar de plano a reunião, porque não há quórum na Casa.

O deputado Bosco – Sr. Presidente, de forma rápida e breve, quero aproveitar, já que estamos caminhando para o final da reunião, para fazer um registro de agradecimento a esses bravos guerreiros prefeitos, que não mediram esforços para estarem presentes aqui, não só hoje, mas também todos os dias da semana passada. Estiveram aqui prefeitos e prefeitas, lotando as galerias na tentativa de sensibilizar os deputados desta Casa a respeito das dificuldades e da grande preocupação deles, cada um com o seu município. Falei aqui e volto a repetir, presidente, que sabemos que o Estado e o governo federal são entes virtuais, porque as coisas acontecem de fato é nos municípios. É nos municípios que as pessoas moram, adoecem e precisam de assistência à saúde, de médico, de hospital, de PSF; é nos municípios que as pessoas vivem e precisam de educação, e para isso, precisam de contar com a prefeitura em relação à infraestrutura, à manutenção de pessoal e ao transporte escolar, acima de tudo. De fato, os municípios ajudam muito o governo do Estado ao transportarem os alunos da rede estadual, principalmente na zona rural; é nos municípios que as pessoas mais carentes necessitam de apoio diferenciado das prefeituras e dos prefeitos. Portanto, caro presidente Dalmo Ribeiro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não poderíamos deixar, ao encerrar esta reunião, de fazer uma saudação, e a faço através dos meus amigos, parceiros, prefeito Edinho, da nossa querida cidade de João Pinheiro, sempre presente, desde o primeiro momento, nesse movimento da AMM. Saúdo também, com muito orgulho e muita honra, o prefeito Edgar, da querida Guarda-Mor, um grande guerreiro não somente das causas da sua cidade mas daquelas que envolvem todos os prefeitos, especialmente do Noroeste de Minas. Ainda saúdo, de forma especial, o prefeito Rui Ramos, vice-presidente da AMM, outro bravo guerreiro que tem trabalhado muito para ajudar sobretudo os prefeitos das cidades menores, com foco especial para o Vale do Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas. Nós sabemos que são as prefeituras do Noroeste, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro e do Centro-Oeste que enfrentam com maior dificuldade a crise, porque recebem um valor muito aquém em relação ao ICMS. E nós tivemos a presença em massa desses prefeitos. Aqueles que são de outras regiões e que aqui estão abraçaram essas causas dos parceiros e prefeitos do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Norte. Então, quero fazer essa saudação aos senhores prefeitos, e dizer que temos total respeito e admiração a vocês, porque sabemos que administrar município sem recurso financeiro não é uma tarefa fácil. E sabemos também que os servidores que compõem as prefeituras, que lá estão trabalhando na educação, na saúde, na segurança, em todas as áreas, quando não receberem seu salário no final do mês, não receberem o 13º salário, não vão entender, num primeiro momento, que a culpa é do Estado ou da União. Eles vão, obviamente, cobrar dos senhores prefeitos, vão cobrar das administrações. Então, nós, que vivemos no interior, sabemos disso. Eu, que sou da querida cidade de Araxá, sei disso, porque os servidores da prefeitura têm contato é com o prefeito, têm contato é com os vereadores, com os secretários, muitas vezes com o deputado estadual da sua região, mas nem sempre com o governador do Estado, nem sempre com o secretário do Estado, nem sempre com o presidente, com os senadores, com os deputados federais. Então, quem é encontrado, quem é cobrado, de fato, são os senhores prefeitos. Eu me preocupo muito, caro presidente Dalmo Ribeiro, porque 2020 está chegando, quando teremos as eleições municipais. E me preocupa muito não termos, realmente, homens de fibra, com coragem, para colocar seus nomes à apreciação dos seus eleitores nos municípios, para enfrentarem esse grande desafio, que é administrar as prefeituras municipais. Então, queremos deixar aqui o nosso registro e nos colocar à disposição. Nós nos manifestamos aqui, na votação do 1º turno do projeto de lei do fundo, de uma forma muito solidária aos prefeitos. Votamos não, e estávamos aqui prontos desde o dia de ontem para sacramentarmos o 2º turno, mantendo a nossa posição, votando contra o fundo. Não é porque somos contra o governador Pimentel, mas sim porque não queremos que os prefeitos entrem num ano novo, em 2019, com essa incerteza, sobretudo

dependendo de renegociações de dívidas do governo do Estado com a União. Então, estamos aqui firmes, e independentemente de projeto do fundo, tenham a certeza absoluta de que a grande maioria dos deputados desta Casa estarão sempre aliados às causas dos municípios, porque é lá que realmente as pessoas vivem, é lá que elas continuarão vivendo e é lá que temos de dar as melhores condições para elas. Quero aqui, caro presidente Dalmo, já encerrando, já que teremos outras reuniões até janeiro, saudar os deputados que estão deixando a Casa, uns para irem para Brasília, para o Congresso Nacional, outros que não conseguiram a sua reeleição, e deixar o nosso registro de amizade e gratidão. Por fim, caro presidente Dalmo, queria mandar um afetuoso abraço, um abraço carinhoso, caloroso, a todos os conterrâneos da minha querida cidade de Araxá, que, amanhã, dia 19 de dezembro, completará 153 anos de emancipação política. Teremos uma grande festa, que será realizada pela câmara municipal, uma festa tradicional que acontece desde a época do ex-vereador Kiu, que aqui está, na qual serão agraciados novos cidadãos araxaenses com títulos de cidadania, enquanto outros receberão a Medalha Dom José Gaspar, numa festa memorável, numa festa maravilhosa. Não participaremos amanhã, porque estaremos, em nome de Araxá e da região, com os demais companheiros, recebendo o diploma da Justiça Eleitoral para continuarmos o nosso trabalho como deputado nesta Casa. Mas fica aqui o nosso beijo e o nosso abraço fraterno à minha querida Araxá e aos meus amigos e amigas araxaenses que lutaram, batalharam e fizeram com que eu pudesse estar aqui com muita honra, com muito orgulho, representando não só Araxá, mas também toda a região. Presidente, era o que tinha para falar. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia – Presidente, o meu assunto é breve. Como escutei todas as intervenções, não poderia deixar de fazer um comentário, especialmente sobre as falas do Felipe Attiê e, agora, do deputado Bosco, com todo repeito. Sinceramente, falar que o governador Fernando Pimentel quebrou Minas Gerais! Vamos fazer uma retrospectiva. Minas tem um problema sério de arrecadação que surgiu quando se abriu mão da Lei Kandir, quando se abriu mão da arrecadação de impostos. Isso acarretou um prejuízo a Minas e aos municípios mineiros de cerca de R\$135.000.000.000,00, valor atual. Por quê? Na época, Fernando Henrique, junto com Azeredo, fizeram um acordo e aprovaram, no Congresso Nacional, uma lei, de acordo com a qual as grandes empresas exportadoras não pagariam ICMS aos estados, e Minas foi um dos estados que mais perderam com isso. Junto a isso, perderam os municípios, que, agora, enfrentam uma situação ainda mais difícil com a baixa arrecadação de ICMS. Essa foi a origem da baixa arrecadação. Por que não estourou antes? Sinceramente, a dívida renegociada à época pelo Azeredo com o presidente Fernando Henrique, coisa de pai para filho, de tucano para tucano, foi tão absurda, e os juros eram tão elevados, que, por mais que se pague, essa dívida não abaixa, e Minas deve à União R\$100.000.000.000,00. Isso não tem nada a ver com Pimentel, com o governo do PT. Quero citar outra coisa. Estou aqui há muitos anos. Quanto Pimentel pediu de empréstimo, durante os seus quatro anos de governo, para dizerem que Pimentel quebrou Minas Gerais e foi irresponsável com as finanças públicas? Nada! O Pimentel não pegou R\$0,01 de empréstimo. Em compensação, os deputados que vêm aqui falar isso agora hão de se lembrar que todo ano do governo Aécio e Anastasia havia um empréstimo aprovado na Assembleia Legislativa. E avisávamos: “Isso vai estourar, isso vai acabar, isso tem fundo, uma hora Minas vai se danar”. Com a crise econômica, sem arrecadação e o Estado completamente endividado, Pimentel assumiu o Estado. É fácil um prefeito saber disso porque também assumiu o seu município na mesma situação. É ou não é verdade? Isso é a absoluta verdade, pessoal! Então não vamos aqui, no final da legislatura, fazer demagogia. A coisa já era tão feia que o Anastasia, por exemplo, não gosta de usar os termos que alguns usam aqui, mas ele pegou até o dinheiro da previdência dos servidores públicos, R\$3.800.000.000,00, para cobrir rombos do governo. Lembram-se disso? Como eu chamaria isso se fosse desrespeitoso como alguns deputados são aqui? Não sou desrespeitoso com o governador Anastasia, porque ele tinha suas razões, embora eu não concordasse com ele, evidentemente. Mas não posso chegar aqui e dizer que Anastasia roubou – esta é a palavra – R\$3.800.000.000,00 do servidor, como alguns fazem agora, irresponsavelmente. A verdade é que, no fim da legislatura, alguns deputados que não ganharam a eleição estão meio chateados, xingam todo mundo, dizem que a culpa de não terem ganhado a eleição é do governador. Mas não é bem assim. Sejamos sinceros. Quanto ao problema do rombo do Estado, por exemplo, quando Pimentel entrou, o orçamento aprovado por unanimidade nesta Casa já trazia um rombo de R\$7.000.000.000,00. Lembram-se disso? Todos os

deputados votaram o orçamento com um déficit de R\$7.000.000.000,00. Pimentel não pegou nenhum centavo de empréstimo. De reajuste para servidor, só houve para a Polícia Militar, reajuste que, aliás – como o Cel. Gedir, que está aqui, deve se lembrar –, o Anastasia aprovou no final do governo. Pimentel pagou praticamente todo o reajuste aprovado pelo governo Anastasia. Quem pagou foi Pimentel. E houve o caso das professoras, que eram tão mal pagas que não era possível que não se contemplassem as professoras com o piso salarial. Aproveito para dizer que o governador Fernando Pimentel vai fazer, amanhã, um anúncio sobre o 13º salário. Espero que os nossos policiais e as nossas professoras recebam a notícia do recebimento do que for possível desse 13º salário, pois, sinceramente, acho que o governador tem que dar conta primeiro dos seus servidores. Então, que o anúncio do 13º salário, amanhã, leve em consideração os seus servidores, que são aqueles que prestaram serviços durante o governo Pimentel, especialmente as professoras e os policiais militares, com os quais ele tem que estar preocupado para que os equipamentos do Estado também continuem a funcionar. Isso não significa que não se reconheçam os diversos problemas que estão colocados, entre eles os relativos às prefeituras. Os prefeitos têm razão. Sempre disse ou tentei dizer isso, como ontem, quando, em vez dos prefeitos, vimos aqui elementos do Partido Novo, para pedir “Fora PT”, e não para discutir a questão com sinceridade, como deveria ser. Mas é claro que os prefeitos têm razão. Visitamos um prefeito e vemos o coitado sem dinheiro, precisando pagar às professoras municipais. Ele está apertado, sem dinheiro, precisando disso e daquilo. Então, tentou-se uma forma de solução criativa, que é o fundo. O fato é que não temos o dinheiro agora. Não adianta falar outra coisa. Se o Pimentel tivesse dinheiro, ele pagaria às professoras, aos policiais militares, aos prefeitos, todos. Então, cria-se um fundo para garantir que, entrando dinheiro, o próximo governo pagará aos prefeitos. Bem, não toparam. Não tem mais discussão, o projeto não está mais na pauta e não será votado mais, porque é assim que a Assembleia e os prefeitos querem. Agora, quero ver o Zema garantir aos prefeitos que vai pagar esse atrasado que o Pimentel não conseguiu pagar. Os prefeitos vão ficar sem o fundo e sem o dinheiro! O que o Zema está dizendo é o seguinte: não pago; não tem dinheiro; é corte, corte, corte. O discurso dele não é esse de cortar tudo? É isso que ele está falando: vou fazer como Bolsonaro e cortar tudo. Assim, quando os prefeitos forem lá, ele vai dizer que não tem dinheiro. Aí, quando chegar dinheiro novo, ele não vai dar o dinheiro para os prefeitos, vai usá-lo para cobrir o rombo, segundo o acordo que ele vai fazer com Bolsonaro. Estamos tentando explicar isso. Mas tudo bem; não adianta malhar em ferro frio, muito menos quando, em vez de fazerem oposição séria – não é o caso dos prefeitos, mas de muitos nesta Casa –, preferem fazer demagogia. E temos os outros que não se preocupavam em não gastar e por todo o tempo pediam emendas, isso e aquilo, e que agora, depois que Pimentel perdeu a eleição, também não estão nem aí para o cofre do Estado nem para o governo que elegeram. Política é assim mesmo, mas, em todos os casos, é preciso pôr os pingos nos “is”. Estou fazendo esse alerta porque agora o Partido dos Trabalhadores será oposição ao governo Zema, e já começamos a cobrar. Ele tem que pagar o piso das professoras no ano que vem, porque faltam dois reajustes com os quais Pimentel não conseguiu arcar. Pimentel deu três abonos com reajuste e o Adveb, e recuperou muita coisa na educação. Se os tucanos não fizeram isso, ele precisava recuperar essas coisas. Um exemplo foi a nomeação de 60 mil professores – ele precisava nomeá-los, porque, se não o fizesse, a escola não conseguiria funcionar. Agora, queremos que o Zema continue fazendo as nomeações, pague o piso das professoras, dê mais reajuste aos policiais militares – que já estão pedindo – e acerte com os prefeitos. Mas quero que todos venham aqui e vejam a base do Zema dizendo que não vai ter absolutamente nada porque não tem dinheiro. Aí a demagogia vai cair, vai desmanchar, e muita gente vai dizer: “Poxa, se aquele dinheirinho que estava entrando estivesse garantido no fundo, pelo menos para pagar o atrasado do Pimentel, seria melhor do que termos ficado nas mãos do Zema”. Está avisado, mas eu não vou continuar dando murro em ponta de faca. Presidente, como eu acabei me estendendo, não vou poder falar do assunto que me trouxe à tribuna, mas quero parabenizar o governador Fernando Pimentel e o secretário de Educação, Wieland Silberschneider, que editaram a Resolução nº 4.052, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a garantia do direito à liberdade de expressão nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, e propõe protocolos relativos a atos contra a liberdade pedagógica e a autonomia da prática docente. Peço a todos os trabalhadores de educação, professores e professoras, para terem conhecimento desta resolução, porque ela impede aqueles atos que estava havendo nas escolas: pessoas ameaçando os professores, filmando, fazendo com que os professores fossem intimidados com

atos de violência, inclusive orientados por esse maluco que foi eleito presidente da República, esse Bozo chamado Bolsonaro, que incentiva a perseguição aos professores. O Pimentel e o secretário de Educação estão deixando uma resolução, baseada numa lei que aprovamos, de minha autoria, que garante ao professor o direito de dar aula sem ser molestado por pessoas de outra ideologia, geralmente conservadora e reacionária, que acha que o professor não pode dar aula, que tem que ser filmado e ameaçado. Está aqui a proteção aos professores. Repito, peguem no *Minas Gerais* de hoje. Nós vamos divulgar também no nosso mandato. É a Resolução nº 4.052, de 14 dezembro de 2018, que foi publicada no *Minas Gerais* de hoje. Parabéns ao governador Fernando Pimentel por enfrentar essa ideia fascistoide de que um professor não pode dar opinião na sala de aula, voltando aos tempos da ditadura militar. Quando eu era jovem e estudava – Robertão era mais novo, mas deve lembrar, e o Dalmo também – existia o disciplinário, que era o agente da ditadura dentro da escola. O disciplinário fiscalizava o aluno, não deixava ele fazer política ou grêmio estudantil, fiscalizava o professor, olhava se a aluna estava com a saia mais curta, se o menino estava com a meia desmanchando. Se o menino estava com a meia diferente, ele era mandado embora. Ele era o disciplinário, o elemento da ditadura militar para fazer as vezes do regime totalitário. No Brasil, inventaram um tal projeto de lei, que não passou, porque é inconstitucional, que se chama Escola sem Partido. Na verdade é a escola da mordaca. Contra isso, o Pimentel e o secretário de Educação, hoje, fizeram uma resolução protegendo o direito de cátedra dos professores e o direito dos estudantes de também fazerem política dentro da escola com P maiúsculo, porque todos nós devemos fazer política. Um mundo sem política é um mundo guiado pelo mercado, pela força do lucro, onde não se divide renda e onde não se faz justiça social. Eu tenho muita honra de ser político com P maiúsculo, mas reconheço que o político não é apenas aquele que é parlamentar. O político é aquele que age pelo bem da sociedade, e é assim que nós devemos enxergar. Então, parabéns ao secretário de Educação por nos deixar este legado: a liberdade de cátedra dos professores e a escola sem censura. Muito obrigado, presidente. Peço a V. Exa., mesmo não havendo quórum, que dê continuação à reunião, em conformidade com o que está determinando o Robertão, V. Exa. e o deputado Gustavo.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 12.024, 12.031 e 12.032/2018, da Comissão de Segurança Pública, e 12.025 a 12.030/2018, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Agropecuária – aprovação, na 17ª Reunião Extraordinária, em 13/12/2018, do Requerimento nº 11.715/2018, do deputado Roberto Andrade (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.457/2018, do governador do Estado, que cria o Fundo Especial Registral de Regularização Fundiária de Interesse Social – Ferrfis. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Gilberto Abramo – Verificação, presidente.

O presidente – A presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A presidência torna a votação sem efeito.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM
17/12/2018****Presidência do Deputado**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Atas; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e André Quintão; Questão de Ordem; discursos dos deputados Rogério Correia e João Vítor Xavier; Questão de Ordem; discurso do deputado Felipe Attiê; Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem; discurso do deputado André Quintão; Questões de Ordem – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Questão de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; inexistência de número regimental para votação – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.406/2018; discurso do deputado Rogério Correia; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 18h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte**Atas**

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

O presidente – Em discussão, as atas. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, pedi para discutir a ata. Como V. Exa. pode confirmar, estivemos aqui, na semana passada. De forma concentrada, aqui estivemos. O motivo de eu fazer esse pedido é para fazer um apelo a V. Exa. e aos demais colegas deputados, até mesmo àqueles que se inscreveram para discutir a ata. Qual é o apelo, presidente? Hoje V. Exa. pode verificar, de plano, que não há como a base aliada do governo fazer aquele jogo de entra e sai, de entra e sai do Plenário, e de se esconder nas dependências da Casa. Hoje, de plano, V. Exa. verifica que há quórum para a votação da matéria. É óbvio. O mesmo apelo, presidente, que fiz a V. Exa., renovarei aqui. Nós, o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, tão bem presidido por V. Exa., tão bem liderado por V. Exa., não pode mais ficar à mercê, à espera da atitude de Fernando Pimentel, que quer ficar fazendo barganhas, quer ficar fazendo o toma lá dá cá, num governo píffio, que, no apagar das luzes, tenta aprovar um projeto que nada mais é que o estelionato da gestão dele. Vou repetir para ficar consignado nos anais da Casa. V. Exa. nos liderou até agora de forma brilhante, durante quatro anos. Esse projeto só tem dois destinos. Não há outro rumo: ou derrotamos esse projeto ou V. Exa. o retira da pauta.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prefeitos, prefeitas, lideranças municipais presentes, a ata mencionou, em seu conteúdo, como foi o encaminhamento das últimas reuniões com relação à polêmica instalada sobre esse projeto de lei do fundo, do Femeg. Tentarei aqui, novamente, falar de maneira serena e respeitosa, entendendo o sentimento de quem tem a responsabilidade de gerir as finanças e as políticas públicas locais. Chegamos à Assembleia numa espécie de impasse. Se não houvesse esse impasse, quem defende o fundo ou quem é contrário, haveria o número de deputados suficiente para fazer valer sua vontade. Em momento de impasse, o diálogo, a serenidade e o convencimento sempre são os melhores caminhos. Na política, presidente, aprendi que ninguém deve se arvorar de dono da verdade; aliás, isso não deve acontecer em nenhuma situação, seja na vida, seja na política, muito menos no exercício parlamentar. Temos um entendimento, e aqui falarei também em nome da bancada do PT... Veja bem, deputado Rogério Correia, como é a questão democrática. Parece-me que aqui há uma unidade quanto ao “fora PT”. Na eleição presidencial, mais de 40% da população votaram no nosso candidato. Posso garantir aos prefeitos e às prefeitas que a bancada do PT, a maior eleita para o ano que vem, não vai levar em conta xingamentos, porque isso é de minoria, é o calor do momento. Política é assim; política é assim mesmo, entendemos. Se quem está aqui deixar, presidente, gostaria de voltar ao tema principal, porque me parece que essa reação contrária ao PT é o que fundamenta o argumento contra o projeto. Não é “fora fundão”, mas “fora PT”. É isso o que está sendo mostrado aqui. Esse talvez seja o maior problema político do momento. É um projeto que, na atual circunstância, que é de crise fiscal, de reivindicação legítima dos prefeitos, que reivindicam seus repasses... Ninguém aqui acha que essa é a situação ideal ou que esse é um bom projeto. O ideal é que não houvesse necessidade desse projeto, mas, nessas circunstâncias, ele pode ser um instrumento de reconhecimento das dívidas e débitos que o Estado tem com os municípios e o estabelecimento de uma precedência na quitação desses débitos, assim que recursos de qualquer origem, inclusive ordinários, entrarem no caixa estadual. Eu digo aqui, novamente, para as pessoas que ainda não têm pleno conhecimento do projeto – os que estão aqui e os que não estão – que essa proposição é melhor do que o cancelamento de empenho, que significa o não reconhecimento de dívidas e convênios. E, para nós, deputados, é melhor estabelecermos um acordo que não votarmos o Orçamento este ano.

Questão de Ordem

O deputado Fred Costa – É só uma questão de ordem, presidente, em que não utilizarei mais que 15 segundos. Apenas quero solicitar a V. Exa. respeito ao Regimento Interno. Parece que alguns deputados estão se utilizando do subterfúgio de discussão da ata para discutir mérito do projeto de lei de que todos estão aguardando a votação.

O presidente – Respondo à questão de ordem dizendo que a discussão da ata tem seu tempo e seus inscritos. Portanto, como ainda estamos no tempo da discussão da ata, isso é regimental. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Solicitei a palavra para discutir a ata por vários motivos. A ata deixa de fazer uma análise importante, que o deputado André Quintão procurou mostrar, mas que não vislumbramos durante a sua leitura. Quero me dirigir aos prefeitos e prefeitas que estão aqui, não ao Partido Novo, que, na minha opinião, veio para confundir a reunião e prejudicar os próprios prefeitos e prefeitas. O Partido Novo veio para gritar “Fora PT”, e os prefeitos estão interessados... (– Manifestação nas galerias.) Não vou falar enquanto os membros do Partido Novo continuarem gritando nas galerias e peço ao presidente que desconte no meu tempo. Para falar com os prefeitos, preciso que cale a boca os elementos do Partido Novo. Como posso falar com os prefeitos se os elementos do Partido Novo... Como o deputado que vai entrar e está dali mandando beijinho, desrespeitosamente, e gritando com o deputado. Como posso conversar com os prefeitos se os infiltrados do Partido Novo não me deixam falar? Não tem como, presidente. Vou esperar e peço a V. Exa. que desconte esse tempo. Quero dizer aos prefeitos, e muito deles nos conhecem por esse interior afora, que o deputado André Quintão tem razão: deixar de fazer os empenhos é ruim para os municípios. Qualquer prefeito sabe disso. Se os empenhos não forem feitos, não haverá o reconhecimento daquilo a que o município tem direito. E os prefeitos têm razão em querer que seja quitada a dívida que se fez com os municípios. Mas, deputado Adalclever Lopes, nosso presidente, se o empenho não for feito, essa dívida passa a não existir. Isso pode ser bom para o Partido Novo, que vai assumir depois,

porque não vai ficar responsável pelo que está empenhado. Por isso, a ele não interessa o empenho, mas aos prefeitos interessa. É por isso que a ideia de se criar o fundo existe e deveria estar na ata: para se garantir aos prefeitos o pagamento do empenho através do fundo. Daí, o interesse que temos na aprovação do fundo. É claro que o Partido Novo veio aqui para conturbar e com uma segunda intenção de cancelar os empenhos, porque isso vai interessar posteriormente ao governador que vai assumir não havendo empenho, portanto, para cumprir o compromisso que ficou para trás e que não pôde ser cumprido neste governo. Mas, Sr. Presidente... (– Manifestação nas galerias.) Presidente, deputado Adalcleber Lopes, eu não consigo falar, os elementos do Partido Novo não deixam. Até mesmo porque eu distingo os prefeitos dos outros que estão aqui infiltrados, porque prefeito é uma pessoa educada. A gente vai aos municípios e somos bem recebidos. Prefeito é alguém com quem o deputado tem uma boa relação. Eu nunca vi prefeito receber mal um deputado no município. Então, eu recebo bem os prefeitos, mas com aquele elemento do Partido Novo, por exemplo, não tem condições de a gente fazer qualquer debate. Por isso é que eu os estou distinguindo. Nós fizemos – e neste minuto que falta, vou terminar – um acordo com a Associação Mineira dos Municípios, que é exatamente tentar validar essa proposta do fundo. Agora, presidente, se a própria AMM não quer que cumpra o acordo e que o governo pague o que pode, eu, como representante ... (– Manifestação nas galerias.) Peça ao elemento do Partido Novo para ficar quieto. Eu pediria aos prefeitos aqui que pudessem nos escutar. Pessoal, vejam bem: já que os próprios prefeitos não querem a aprovação do fundo – se é isso que estão desejando – o que tenho a dizer, enquanto membro do PT é que o governador vai deixar de fazer os empenhos. Eu sou representante dos servidores públicos aqui e sempre achei que o primeiro dever do governador é colocar em dia o salário dos servidores públicos. Então, que a Polícia Militar receba o seu ordenado e o 13º salário; que as professoras e os professores recebam. Já que não há acordo, que os servidores públicos recebam o seu salário e o 13º, e não tenha acordo. Então, deixemos o orçamento, o fundo, tudo para lá. Nós vamos cancelar e não votar nada, vamos fazer obstrução, vamos cancelar todo empenho e pagar as professoras. E aí eu peço às professoras e aos policiais militares que se mobilizem, que venham até a Assembleia Legislativa para poder receber seu 13º salário em dia, já que não há acordo possível com os prefeitos. É fundamental que o 13º salário seja pago. As professoras, o Sind-UTE, a Polícia Militar precisam saber que não podem simplesmente serem esquecidos. Os prefeitos já estão entrando em negociação com o governador Zema. Ele resolverá esse problema ano que vem, e nós, agora, resolveremos a questão dos servidores e das servidoras públicas, pagando os policiais militares, pagando as professoras, que, eu tenho certeza, estão apertadas. E que elas próprias aproveitem para conversar com os prefeitos e com as prefeitas pelo interior afora para forçar também o pagamento do seu 13º salário, que, muitas vezes, está atrasado. Então, que o servidor público não fique em casa apenas assistindo a isso, mas que a servidora pública, a professora, o policial militar recebam em dia. Eu encaminho ao governador Fernando Pimentel pedido para que dê prioridade aos policiais militares, aos sargentos, aos cabos, às professoras, e aos trabalhadores da educação. É fundamental que elas venham a receber esse salário. Não é possível que o último a ser enxergado seja o servidor e a servidora pública. Essa tem que ser a primeira obrigação. A primeira obrigação do governador é pagar os seus servidores. A primeira obrigação do prefeito é pagar suas servidoras e os seus servidores. Não fazendo isso, realmente as coisas estão invertidas. É esta a minha palavra, presidente: já que não querem acordo algum, acordo algum terá. Nada será votado, nem o orçamento, e o governador pagará os servidores públicos a quem está devendo. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, minha fala será rápida. Queria apenas registrar, de maneira muito respeitosa ao deputado Rogério, que falou anteriormente, que democracia é a construção de maioria. Na política, votamos, ganhamos e perdemos. Vamos colocar para votar. Se a maioria quiser, passa; se a maioria não quiser, não passa. Esse é o regime democrático. Isso é do projeto e do processo democrático. Se passar, passou, se não passar não passou. Eu já tive projeto aprovado, eu já tive projeto derrotado, mas nunca deixamos de votar. Vamos votar o projeto. Se a maioria entender que o projeto é bom, se houver o convencimento dos 77 deputados para que o projeto seja aprovado, que seja aprovado. Tenho 10 anos de Parlamento, presidente, e 8 anos nesta Casa e nunca vi duas coisas que estão ocorrendo aqui. Primeiro, nunca vi a auto-obstrução. É a primeira vez na vida que eu

vejo isso. O PT criou a auto-obstrução. Nunca vi isso nos meus 10 anos de Parlamento e creio que o senhor, que é mais experiente e competente que eu, jamais tenha visto. Segunda coisa, presidente: eu nunca vi vinculação da votação do orçamento à obrigação de se aprovar um projeto. Isso jamais aconteceu nesta Casa. Isso é antidemocrático. Acho que qualquer um é livre para votar como quiser. Eu conheço deputados que são da oposição e que estão convencidos de que o projeto é bom. Faz parte, é da democracia. E conheço deputados que foram da base de governo, durante quatro anos, e entendem que o projeto não é bom. Mas vamos colocar pra votar. Nunca vi isso na história desta Casa. Essa é uma das páginas mais tristes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Está sendo escrita hoje uma das páginas mais tristes porque isso não é democrático. Faz parte discutir, ganhar, perder, aprovar ou reprovar projeto. Agora, que se vote. A auto-obstrução é mais uma invenção do PT na história do Parlamento. É a primeira vez que eu vejo isso. Jamais vi isso em 10 anos de Parlamento. Obrigado, presidente.

Questão de Ordem

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, eu queria pedir aos prefeitos e a todos os presentes que tenham respeito. Grande parte dos deputados que estão aqui já se manifestaram, assim como eu me manifestei contrariamente ao projeto. Sr. Presidente, não podemos aceitar... Vi uma pessoa da plateia jogar uma coisa que caiu perto dos funcionários. Parece que era um nariz de palhaço. Não se pode jogar aqui. Sr. Presidente, jogaram algo aqui e caiu em uma funcionária. Era um nariz de palhaço, mas poderia ser outra coisa. Assim como respeito todos vocês, queria um pouquinho de respeito. Sr. Presidente, eu queria só solicitar... Alguém jogou algo no deputado Rogério Correia e caiu em uma pessoa. Então eu espero votar, tomar uma decisão hoje. Como os prefeitos, estou aqui desde a manhã e espero que todos escutem a discussão e os encaminhamentos dos deputados para agilizarmos a votação.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, caros prefeitos, senhoras e senhores aqui presentes, ouvi atentamente a fala do deputado Rogério Correia, e quero dizer o seguinte: o Estado existe para promover o equilíbrio entre os municípios, para desenvolver as distintas regiões do Estado de Minas Gerais. O Estado não pode roubar das prefeituras para pagar conta do Judiciário mineiro nem para pagar as professoras estaduais, Rogério, porque, ao roubar dos prefeitos, está deixando a enfermeira do PSF sem receber, está deixando as professoras municipais sem receber. Então, na verdade, não podemos ter um Estado como o daqui. Cansei de avisar; há discursos meus feitos aqui avisando que vocês quebrariam o Estado. Não é de ontem, é de 2015. Cansei de falar com o José Afonso e com o Helvécio que eles eram irresponsáveis. O Helvécio é um fanfarrão, e o Pimentel é outro fanfarrão. Prefeito de Belo Horizonte normalmente não serve para dirigir governo do Estado de Minas Gerais. Sabem por quê? Sabem quanto custa o IPTU de um apartamento de 80m2 no Lourdes, no Funcionários, no Sion, no Santo Agostinho e em um monte de bairros? Cinco mil reais por mês, com duas vagas de garagem, 80m2. Um pobre aqui paga R\$2.000,00 de IPTU. Essa cidade recebeu R\$11.000.000.000,00 de receita de IPTU no ano passado. Então, administrar Belo Horizonte qualquer um dá conta, Azeredo ou Pimentel. Quero ver, Gil, administrar Montes Claros, Araguari, Uberlândia; quero ver administrar o miserê de Minas Gerais. Sai da cultura da abundância, que é a prefeitura de Belo Horizonte, que não tem onde pôr dinheiro e que tem três problemas: pluvial, transporte público e trânsito. Essa é a capital mais fácil de governar do País. Ao mesmo tempo, este é o pior dos 26 estados para governar. Cansei de dizer que iriam quebrá-lo, que o déficit público, que a Previdência... Vou dar um conselho para o Novo: esse orçamento que está aqui pode ser votado, mas esse fundo não deve ser votado porque é uma farsa que rasga a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei não vive de ilusão; servirá para dar segurança jurídica aos negócios contábeis e financeiros do Estado. E o PT a usa nos banheiros públicos do centro administrativo de Belo Horizonte, ele a usa para fazer outras coisas, menos para colocá-la em vigor. Não tem respeito, é contabilidade criativa, e faz a farsa desse fundo inconstitucional e ilegal que fere a Lei nº 101/2000, que é a lei que procura dar seriedade às finanças públicas. Sobre o Orçamento de Minas Gerais, com ou sem o Zema, com o João, com o Manoel ou com o Antônio, eles tinham mandado um déficit de R\$8.000.000.000,00. Sempre falei que era de R\$12.000.000.000,00 a R\$14.000.000.000,00. Mandaram de

R\$11.800.000.000,00. Se o Zema operar um corte violento no orçamento, vai trabalhar, no ano que vem, com um déficit de R\$11.000.000.000,00. Esse orçamento que o Sr. Pimentel mandou para cá serve para o governo do Novo votar e já caminhar com o Estado no primeiro mês. Além de servir, pode ser remanejado com uma cláusula de 25% de suplementação, e pode-se abrir créditos especiais para programas não existentes e créditos suplementares, que são os créditos adicionais que a Lei nº 4.320/1964 prevê. Portanto, sou a favor de derrubar esse fundo falso, essa mentira, essa sujeira com as prefeituras. E sou a favor de votar o Orçamento que o Pimentel mandou e que serve para o Zema conseguir, em vez de gastar... Se deixassem o PT governar no ano que vem, o déficit seria de R\$14.000.000.000,00. Então, espero que o Zema consiga operar o déficit de R\$11.000.000.000,00, porque não tem como desaposentar os aposentados, não tem como fechar batalhão de polícia, não tem como fechar escola estadual. Ele não vai conseguir reduzir o déficit que seria de R\$14.000.000.000,00 para menos de R\$11.000.000.000,00 de forma alguma, cansei de explicar isso aqui. Lembro-me direitinho da primeira entrevista que dei à Vivian, em que disse: “Esse cara não sabe de nada”. Ela estava entusiasmada com os três meses do governo do PT, e eu disse a ela: “Isso já vi, já estudei o orçamento de 2013, de 2014 e de 2015. Vai terminar da forma como cansei de falar milhares de vezes: infelizmente, sem receber salário, roubando dinheiro das prefeituras”. Falei com o José Afonso na sua frente, Antonio Carlos, na do Roberto Andrade e na do Dalmo, em junho de 2015, e na frente do Castello Branco: “Rapaz, o que você vai fazer, José Afonso? Você pegou o dinheiro dos depósitos judiciais de terceiros, da D. Maria e do Sr. Joaquim. No segundo ano, você vai parar de pagar a União, vai parar de pagar tudo quanto é fornecedor. E no terceiro? Você e o Pimentel vão assaltar banco?”. Foram roubar os prefeitos. Tenho dito, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, só quero fazer uma observação: há um tempo regimental para discutir a ata, e esse tempo já venceu. Como o deputado Cristiano Silveira já está de pé há muito tempo, penso que V. Exa. deveria, acredito, como já fez, passar a palavra a ele, mas, após, a manifestação da discussão da ata do deputado Cristiano Silveira, que passemos à outra fase, à dos encaminhamentos do projeto. Obrigado.

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita nas atas, dou-as por aprovadas, nos termos dos arts. 20 e 24 do Regimento Interno.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, eu queria ter feito a fala na discussão da ata, porque iria solicitar a inclusão das informações que o deputado André Quintão deu à discussão do projeto na tribuna, já que muitos elementos importantes, informações importantes que ele trouxe talvez não estejam previstas nela. Então que possam se fazer presentes na ata da próxima reunião. Estou dizendo isso, presidente, porque aqui, no Plenário, não tivemos grandes discussões do projeto. Essa é a grande verdade. Se formos analisar a discussão do projeto no seu mérito, foram poucas as falas nesse sentido. Por isso a fala do deputado André se faz importante. Conheço a maioria dos prefeitos que estão aqui, boa parte deles me conhece, estive em seus municípios, lutamos para conseguir recursos para suas cidades, e eles sabem que sou um dos deputados mais municipalistas daqui. Acompanhamos de perto todo o problema sofrido pelos prefeitos e tentamos buscar alguma solução juntos. Então, aqueles que me conhecem sabem que trabalhamos de maneira muito séria. Portanto, eu não teria condição nenhuma nem ficaria confortável em aprovar um projeto que traga qualquer prejuízo aos municípios. Estou dizendo isso por trajetória, por biografia e conto com o testemunho daqueles que conviveram conosco nesse período. Vários estiveram comigo no meu gabinete – e eu estive nos seus municípios – e sabem a que

estou me referindo. O André trouxe pontos importantes. O primeiro é que, se o governador tem vários recursos a receber, entre eles os da Lei Kandir, das perdas da Lei Kandir, pode criar um fundo... (- Manifestação nas galerias.) Quero tentar explicar pessoal, pois não sei se vocês tiveram a oportunidade de conversar melhor sobre a questão do fundo. Então, estou querendo dizer que há um dinheiro a receber pela Lei Kandir. Inclusive, deputado Rogério e presidente Adalever, esse recurso a receber da Lei Kandir, que consta de uma decisão do Supremo, é fruto de uma ação que Minas Gerais ingressou lá. O problema, deputado Cláudio, é que há 20 anos foi criada a Lei Kandir, que trouxe perdas de ICMS para Estados e municípios. Essa lei previa uma compensação financeira em decorrência dessas perdas, mas nem o Estado nem os municípios receberam um centavo por elas. Assim, Minas Gerais e outros estados ingressaram com uma ação no Supremo, reclamando esse dinheiro e para recebê-lo, e o Supremo definiu que os estados têm direito a ele. Mas o Supremo definiu que ficaria a cargo do Tribunal de Contas da União ou do Congresso Nacional fazer a definição dos critérios e das formas como esse encontro aconteceria no ano de 2019. Quem está dizendo que Minas Gerais e, conseqüentemente, os municípios têm dinheiro a receber é o Supremo Tribunal Federal. Isso já está decidido pelo Supremo e já foi remetido ao Tribunal de Contas ou ao Congresso, para sua definição. Pois bem, Minas Gerais, então, criou um fundo para aportar e receber esse recurso e outros de várias operações que vem fazendo. A questão é que, no decorrer da discussão do projeto... Por isso nada pode ser discutido de forma atabalhoada nem apressada, senão perdemos a oportunidade de fazer ajustes importantes no projeto. Respeito muito a opinião dos colegas que já querem votar, mas vejo que o processo de discussão nos trouxe o amadurecimento da própria proposta, que recebeu algumas emendas, entre elas a que garante a quitação dos repasses do Fundeb aos municípios. Isso ficou pacificado no projeto. O segundo ponto é que o projeto traria o seguinte: os restos a pagar seriam saldados com os recursos extraordinários decorrentes, por exemplo, da Lei Kandir. O substitutivo foi apresentado de forma acertada, deputado João Magalhães, na Comissão de Administração Pública, que pôs importantes prefeitos para acompanhar essa discussão. Seriam recebidos os recursos – é claro – dos fundos, mas também os restos a pagar com recurso do Tesouro. O projeto está todo cercado de maneira a garantir segurança aos prefeitos e aos municípios para que possam receber aquilo a que têm direito. A aprovação dos fundos é um mecanismo que dará essa segurança e essa garantia neste governo ou no governo futuro, que se inicia. É o compromisso do governo de Minas Gerais – não importa quem seja –, que reconhece a dívida com os municípios e estabelece as suas prioridades para pagamento e garante que os recursos do fundo serão utilizados nesse sentido. Portanto acho que é um pouco essa discussão que queremos fazer, ou seja, explicar isso aos amigos prefeitos que estão aqui legitimamente fazendo as suas reivindicações. Obrigado, presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, nestes anos todos em que vivemos nesta Casa, costumamos não ser adivinhadores do futuro. Mas aqui está liquidado, presidente. Pode-se fazer o que for. Aqui quem quer votar contra votará contra, e a presença aqui é maciça. Quem votará “não” está se escondendo aqui e ali. Mas está liquidado. Pelas contas, há 41 deputados que votarão contra, e eles estão presentes para votar contra. Digo isso com muita tranquilidade, porque acho que é um final dramático deste governo. Vou dizer algo a V. Exa., presidente. O que estão tentando fazer e vão conseguir é a retirada do quórum para que não se vote o orçamento. Não se votando o orçamento, complica-se a situação para o próximo ano, acaba-se com as emendas impositivas e tudo o que é feito, e o próximo ano já começa de forma complicada. Fica aqui um conselho ao governo Pimentel: retire o projeto, deixe que se vote o orçamento, coloque a viola debaixo do saco e limpe o beco, porque está liquidado, Sr. Presidente.

O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, ouvi atentamente todos os deputados que aqui se pronunciaram, cada um apresentando o seu ponto de vista. Todos acham que têm razão. Queria só lembrar, Sr. Presidente, que há quatro anos esta Casa não votou o orçamento. Pimentel iniciou o governo sem o orçamento. Estou lembrando isso aqui, deputado Sargento Rodrigues, porque, naquela mesma época, o governo Pimentel herdou um déficit de R\$7.000.000.000,00 e uma dívida de quase R\$100.000.000.000,00 (- Manifestação nas galerias.) Além disso, o deputado Sargento Rodrigues está aqui e não me deixa mentir, assim como os demais deputados, o Pimentel também herdou o aumento dos militares que praticamente... Presidente, queria lembrar aos prefeitos e a todos que estão aqui, hoje – não são prefeitos; tem muita gente fazendo outro papel –, enfim, a vocês que vieram a esta Casa e torceram, durante esses quatro anos, pelo quanto pior melhor que, daqui a 20 dias – aliás, menos de 20 dias –, vocês serão governo e verão que

não é fácil. É muito fácil gritar da plateia, é muito fácil fazer firula para a plateia, mas quero ver a realidade de serem governo. Portanto, com muita sinceridade e muita convicção, quero dizer, Sr. Presidente, que precisamos fazer um trabalho. Não adianta a oposição culpar o Pimentel e a base governista culpar a oposição. Agora temos que fazer o dever de casa, e fazer o dever de casa significa dar garantia aos prefeitos, aos municípios. A criação desse fundo é uma garantia para os prefeitos. Todos os prefeitos da minha região, da minha base já estão convencidos de que o fundo é a melhor solução. E, mais do que isso... (– Manifestação nas galerias.) Sr. Presidente, quero que desconte o meu tempo. Vou aguardar silêncio, senão não consigo concluir o meu raciocínio.

O presidente – Está suspenso o tempo de V.Exa. Tão logo possa falar, vamos retomá-lo. Com a palavra, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes – Obrigado, Sr. Presidente. Voltando à minha fala, presidente, estou encerrando o meu mandato como deputado estadual e vou fazer, a partir do ano que vem, lá no Congresso Nacional, o que muitos ex-governadores que hoje são senadores, como, por exemplo, Aécio, Anastasia e Zezé Perella e grande parte da bancada federal de Minas Gerais deveriam estar fazendo: exigir o encontro de contas do Estado com a União. Não podemos admitir que o governo federal deva mais de R\$100.000.000.000,00 ao Estado e não faça acerto de contas. Queria dizer a todos que, a partir do ano que vem, vamos liderar esse movimento, e é importante que os integrantes da futura base aliada na Assembleia comecem a pensar isso, porque não é brincado. A partir de 1º de janeiro, o abacaxi passa de mão. O abacaxi sairá da mão de Pimentel e irá para a mão do Zema, e aí não tem discurso: tem que enfrentar a realidade. Quero falar para os prefeitos: é melhor um passarinho na mão que dois voando. Podem ter certeza de que já convenci a minha base, já convenci os meus prefeitos e tenho certeza de que muitos vão me agradecer se o fundo for aprovado aqui, hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero manifestar o meu repúdio ao parlamentar que fez uso desta mesma tribuna para cercear o direito de as pessoas que ocupam as galerias se manifestarem. Se aqui é a Casa do Povo, independentemente de serem prefeitos, pessoas filiadas ao Partido Novo ou cidadãos, todos têm o direito de se manifestar. E vou além: muitas vezes nós parlamentares tivemos de escutar, da parte de pares ou da própria galeria, apologia a algo que repudio, como invasão de terra, direitos humanos defendendo bandido, e nem assim, quando a pauta interessava aos vermelhos, nós outros proibíamos as manifestações. Cito um chanceler alemão do século XIX – e não estou aqui defendendo suas ideias ou ideais –, Otto von Bismarck, que certa vez afirmou – e repito que foi ainda no século XIX: “quanto menos as pessoas souberem como se fazem as salsichas e as leis melhor dormirão”. E aqui vemos uma demonstração inequívoca disso. É uma vergonha não só o projeto de lei, mas também a sua tramitação e o ato de se postegar tanto a sua votação. Quero, mais uma vez, reafirmar: o meu voto é “não”, e espero que, finalmente, possamos votar o projeto, senão estaremos corroborando a afirmação do século XIX, e tenho certeza de que nenhum parlamentar quer macular a sua imagem no final de uma legislatura, protagonizar essa vergonha que é não votar esse projeto de lei e, mais que isso, votar contra a incompetência, a falta de planejamento que gerou esse caos no Estado de Minas Gerais.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, eu já me encaminhava para analisar os requerimentos apresentados, mas, diante da ofensa de que fui vítima, queria dizer que, quando a pessoa quer sofismar, é fácil. Apenas separei o que há no Plenário: prefeitas e prefeitos que têm um objetivo e elementos do Partido Novo, que têm outro; não pedi a ninguém que não falasse ou não se pronunciasse. Então, V. Exa. sofismou, inverteu o que eu disse. Aliás, V. Exa. sofisma sempre, jamais é solidário; são sempre sofismas atrás de sofismas. Não pedi a ninguém que não falasse nem que vaiasse ou não. Algumas coisas, porém, são inaceitáveis. Por exemplo, na semana passada, chamaram uma deputada de vagabunda e vadia, o que não permito, seja ela deputada de qualquer partido, seja qualquer mulher. Todos têm o direito de se manifestar, e eu também tenho, por isso V. Exa. apenas sofisma. Tenho o direito de dizer que aqui há diferença de interesses, e esse é o raciocínio. V. Exa. compreende? Precisa desenhar? São interesses distintos. E o interesse dos prefeitos... (– Manifestação nas galerias.) Presidente, preciso ser ouvido porque fui vítima de uma ofensa e de um raciocínio maléfico e distorcido. Com isso, preciso responder a quem fez isso, pois atos que ofendem alguma pessoa e

apresentam um raciocínio invertido não podem ser aceitos por um parlamentar sério como eu. Apenas aqueles que não são sérios ofendem e distorcem outros parlamentares. Eu não faço isso. Nem uso essa tribuna para fazer demagogia e servir a interesses aos quais, aliás, nem defendia nem nunca defendi. Não faço isso. Mas, presidente, eu dizia que há interesses distintos e que, aos prefeitos, não interessa, neste momento, que tenham os recursos cancelados.

O presidente – A presidência determina que se preserve o tempo de V. Exa.

O deputado Rogério Correia – Presidente, tentarei continuar. É claro que, quando uns gritam, aqui, que a bandeira jamais será vermelha, é um interesse. Quando os outros querem discutir o fundo, o interesse é outro. Então, quanto aos elementos que vieram aqui apenas para criticar o PT, tudo bem, mas esse é um interesse que está prejudicando os prefeitos. Os próprios deputados estão vendo a infiltração existente, o prejuízo à causa dos prefeitos. Isso está ficando óbvio, evidentemente. O que eu dizia... (– Manifestação nas galerias.) Tentarei falar, presidente, mas está difícil, porque o raciocínio é interrompido. Presidente, é claro que os interesses, como até o Plenário está demonstrando, são interesses distintos. Muitas vezes os interesses dos prefeitos ficam prejudicados por interesses próprios. Às vezes, há interesses de ódio. Quando alguém vem aqui e ataca quem defende os direitos humanos, é porque tem um argumento de ódio. Claro que os direitos humanos são importantes. Esse é o aspecto que queria colocar para V. Exa. Então, presidente, o que eu queria era buscar meu raciocínio e tentar me fazer entender pelos prefeitos e prefeitas, não só por aqueles que estão aqui, como também por aqueles que estão nos acompanhando de suas casas. O cancelamento dos empenhos trará um prejuízo real, o que não garante que o próximo governador reconheça esses empenhos que não forem feitos. Aliás, em muitos casos, ele não poderá reconhecer, o que significa que a dívida não será paga. O deputado Paulo Guedes tem toda razão. Os prefeitos, as prefeitas, muitos estão preocupados com o movimento Fora PT, que veio para cá a fim de tentar, com outro objetivo que não o dos prefeitos, atrapalhar a votação do fundo. É exatamente isso, presidente. Talvez, agora, o deputado compreenda que os argumentos são muito diferentes. Um é o Fora PT; o outro são os interesses dos prefeitos. Esses interesses têm prejudicado os prefeitos. Não é a toa que o Plenário vai se esvaziando, porque vai ficando claro o que está acontecendo. Alguns grupos que têm interesse político-ideológico atrapalham os prefeitos, impedindo-os até de fazerem um bom acordo. Esse é o raciocínio que eu queria colocar. É claro que todos têm direito à voz e até a vaias. Não há por que não exercer esses direitos, desde que, claro, não se ofenda, por exemplo, uma deputada, como foi feito na semana passada, porque, aí, passa dos limites. Quando se ofende uma mulher, realmente não podemos permitir. Obrigado, presidente. Era essa a minha questão de ordem.

O deputado Fred Costa – Não utilizarei mais do que 2 minutos. Faço aqui uma metáfora. Imaginem, vocês, se recebessem um elogio de um membro do PCC; imaginem se recebessem um elogio de um membro do Comando Vermelho. Talvez, a cor seja alusiva a um partido político que elevou o nosso país à maior crise de sua história. É dessa forma, portanto, que encaro as manifestações do parlamentar que me antecedeu. Ele, que faz parte daquilo que tem sido uma organização criminosa escamoteada de partido político em nosso país, criticar-me é um verdadeiro elogio. E, se ele falou em sofisma, digo que sofisma é escamotear uma situação de tal forma que às pessoas que escutam podem achar interessante aquilo que se fala. Quero dizer que é exatamente isso que o governo que ele defende está praticando com esse projeto de lei. Fala-se em garantia por meio da Lei Kandir, mas não existe o recurso, e isso nada mais é que sofisma. Então, sofisma por sofisma vamos votar “não”. Em respeito aos presentes, em respeito ao povo mineiro, em respeito ao dinheiro público, não mais farei uso palavra até que seja votado o projeto. É “não”.

O deputado André Quintão – Presidente, art. 164.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente, eu preferiria continuar o debate sobre o projeto. Há, inclusive, requerimentos de encaminhamento de votação para serem discutidos. Agora, o que ocorreu na reunião de hoje, dentro do Plenário, é uma coisa muito séria. Nós ouvimos – estou falando como líder do PT –, um deputado que, até hoje, tinha a nossa mais alta consideração, vir ao microfone e fazer certa comparação com o PT. E, aqui, vou abrir um breve parêntese histórico, principalmente para a compreensão

dos mais novos. O PT é um partido que lutou pela anistia, contra a ditadura militar, pela Constituição. É um partido que implantou governos democráticos populares, como o fez em Belo Horizonte, com o Patrus, com o Célio e com o próprio Fernando Pimentel. O PT é um partido que teve na câmara municipal uma batalhadora pelos direitos humanos, a dona Helena Greco; que, no governo federal, promoveu a maior transformação e inclusão social da história, com os governos Lula e Dilma. Eu não poderia deixar de dizer que o comportamento ou o juízo que o deputado Fred Costa expressou em relação ao PT, talvez, seja um juízo no final de governo Fernando Pimentel, porque, ao que me consta, no início ou durante o governo, não se atribuía ao governo ou à bancada do PT esse título pejorativo, absolutamente desrespeitoso, comparando-o ao PCC e ao Comando Vermelho. Todos os deputados e deputadas sabem o mal que o PCC e o Comando Vermelho fizeram e fazem em nosso país. Eu tenho certeza de que, ainda hoje, o deputado Fred Costa irá, de público, pedir desculpas a todos nós. Assim ele continuará a ter a nossa consideração e o nosso respeito, porque não julgo nem sou juiz de nenhum partido político. Aliás, nós temos que respeitar todos eles porque, ano que vem, esse partido será o líder da oposição. E o governo sabe que precisa da oposição para dialogar e para tramitar matérias importantes nesta casa. Muito obrigado, presidente.

Questões de Ordem

O deputado Arlen Santiago – Gostaria de me dirigir aos senhores prefeitos e aos senhores deputados. Estamos – estou aqui há 20 anos – na presença, a meu ver, do melhor presidente que esta Assembleia já teve em todos os tempos. V. Exa. conduziu muito bem os trabalhos desta Casa, em todos os tempos, levantando a estima e a luta pelo povo mineiro. Neste momento, estamos vendo que existe uma estratégia. O Sr. governador sabe que o projeto dele está derrotado, porque a maioria dos deputados quer votar contra. Quais são as estratégias da turma do Sr. governador? Uma é de louvor, como o trabalho do deputado André Quintão, que defende seu companheiro de partido, que é o governador, pois acha que isso pode melhorar suas futuras condições jurídicas. Então, o deputado André Quintão merece todo o nosso respeito. Mas o que estamos vendo, presidente, é simplesmente uma protelação, porque não nos deixam votar e vão obstruir, tirar o seu povo do Plenário, porque não querem que o projeto seja votado. Se o projeto for votado, há duas possibilidades: pode-se ganhar ou perder. Acontece que vemos como as situações são distorcidas. Por exemplo, a partir do ano que vem, em Brasília, teremos uma grande luta pela Lei Kandir, a mesma luta que não se travou com Lula ou Dilma, que podiam ter resolvido essa questão, mas não quiseram. Lembro-me também de quando foi convocado o exército do Stédile para não deixar que as coisas pudessem caminhar democraticamente no Brasil. Dessa maneira, presidente, não arredaremos pé daqui. O que queremos é seguir, sob sua liderança, para a votação do projeto. Ou que seus defensores reconheçam que não têm condição de ganhar – aí, que ele seja retirado de pauta, não haja votação, e a situação se resolva no ano que vem. Mas temos a convicção, presidente, de que a tentativa das pessoas que querem defender a questão jurídica do Pimentel é comprometer o final dessa brilhante presidência de V. Exa. Sem dúvida, é isso o que querem, porque nada vai resolver para eles. Querem o projeto? Vamos votá-lo. Não querem o projeto? Vamos todos pedir que seja retirado de pauta. O que não se pode fazer é obrigar os prefeitos a ficar aqui, de plantão. Nós estaremos, porque é obrigação nossa, mas temos de dar um final a essa situação. Nunca aconteceu em Minas Gerais um governador reter indevidamente os recursos do ICMS, do Fundeb e do IPVA dos prefeitos, apropriando-se deles, mas tenho convicção de que isso se resolverá. Tenho convicção e torço muito para que o próximo governador já possa repassar integralmente o que lhes é de direito e não faça como esse governo, que sequestrou – parece uma palavra forte – os recursos da população. Então, presidente, precisamos de uma definição. Na minha questão de ordem, o que peço para V. Exa. é o seguinte: ou retiramos definitivamente de pauta esse projeto este ano, ou vamos colocá-lo em votação.

O deputado Duarte Bechir – Presidente, divido minha fala em duas partes. Na primeira, quero reiterar aquilo que os demais parlamentares afirmaram a respeito de V. Exa. na condução brilhante do Parlamento, nesses quatro anos, dando direito às minorias de se manifestarem de acordo com o Regimento, sendo que muitas vezes, com supremacia e capacidade, pôde dirimir os conflitos ocorridos no Plenário e no desenvolvimento dos trabalhos desta Casa. Então, neste primeiro momento, queria afirmar que V. Exa.

deixa para todos nós um exemplo de liderança, daquele que deu aula presidindo o Legislativo Mineiro. Também quero saudar os nossos pares, deputados e deputadas, e, especialmente, nesta noite, os prefeitos e as prefeitas, em nome do Julvan. Eu quero falar em nome do prefeito Julvan, porque, na semana passada, algo de diferente ocorreu no Plenário, e ele estava aqui. Eu encaminhei contrariamente à votação deste projeto e disse: sou contra o projeto, porque da forma como está, ele não ajuda os municípios; castiga os prefeitos e nada resolve. Foi quando, então, o presidente da AMM, Julvan, desceu, participou de uma reunião, e houve um princípio de entendimento com um agente do governo que estava aí, o secretário. Então nós, um grupo de deputados, diversos dos quais estou vendo aqui, resolvemos mudar o voto para “sim”, até que os municípios mineiros, liderados pelo Julvan e por um grupo de prefeitos que hoje estão aqui em número até significativo, expressivo, pudessem tentar com o governo acolher a situação dos municípios nesse projeto. E foi dado esse tempo. O prefeito Julvan está aí para confirmar. Veio a semana passada, veio esta, e não se alinhavou nenhum acordo que pudesse dar aos municípios e aos prefeitos a garantia de que o fundo seria tão bom para os municípios quanto seria para o governo. Está na Mesa o deputado Leonídio Bouças, que adotou posição igual à minha, bem como pelo menos mais uns oito deputados aqui presentes. Então, nós votamos favoravelmente ao fundo. E hoje, em 2º e último turno, com as manifestações claras, as insatisfações bem definidas dos prefeitos, a minha posição é de defender os interesses dos municípios, sem contudo... (– Manifestação nas galerias.) Apenas peço para encerrar minha fala sem precisar citar nomes de pessoas, sem precisar falar de moral, de governo, de secretário. Eu estou defendendo os meus interesses, os interesses dos meus municípios, brigando no campo das ideias. E repudio todo aquele e toda aquela que vem aqui, no seu direito de se manifestar, desfazer de autoridades. Acho que o ser humano merece respeito. E, aqui, eu quero respeitar os prefeitos e as prefeitas que estão presentes, sem, contudo, precisar falar mal de nenhum partido, de nenhuma autoridade de Minas, para ratificar o meu voto. Eu voto contra o fundo, a favor dos prefeitos e de Minas Gerais.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, serei muito breve. Só quero alertar os presentes de que o PT já esvaziou o Plenário, com o objetivo de obstrução. O próprio deputado João Vítor Xavier falou em auto-obstrução, e era a isso que ele estava se referindo. O PT, mais uma vez, arditamente, vendo que não tem a maioria dos votos, esvaziou o Plenário para que não haja os 39 deputados presentes – se não tem 39, não se pode votar a matéria. E fez mais o quê? Jogou a votação para outro dia, numa tentativa clara de, mais uma vez, tentar cansar os prefeitos, os cidadãos e as pessoas que aqui vieram. Quero, presidente, dizer o seguinte: o deputado Alencar da Silveira Jr. é um deputado que normalmente – todos o conhecemos – é muito brincalhão. Mas ele disse uma coisa muito séria: está consolidado. O deputado que vai votar “não” não vai arredar o pé, presidente. Não vamos arredar o pé. Já fiz um apelo a V. Exa. e vou fazê-lo novamente: se não conseguirmos votar isso, a Assembleia, cuja presidência cabe a V. Exa., que tão bem vem conduzindo os trabalhos e liderando-nos de forma brilhante, durante esses quatro anos, não pode ficar à mercê da vontade de Pimentel e do PT. Sugiro a V. Exa., assim como o conjunto, a maioria dos deputados está sugerindo, que, se não votarmos agora, presidente, amanhã – a decisão de pauta é somente de V. Exa. – V. Exa. chame a pauta com o Orçamento e retire o projeto do fundo. Aí acabou, não o votaremos mais. Por quê? Porque vai ficar esse joguinho aqui. E todas as vezes que o líder do PT, o líder do governo, deputado André Quintão, fizer esse joguinho de tira deputado e põe deputado, vamos ocupar a tribuna e falar: “Olhem, o líder de governo está fazendo esse joguinho, tira deputado, cai o quórum. Depois voltam os deputados”. Não. Não podemos ficar aqui, presidente, não estamos a serviço desse governador corrupto que quebrou Minas, e agora quer simplesmente aprovar o estelionato. Ele quer que a Assembleia aprove o estelionato da gestão. Se não bastasse todo o rolo, todo o envolvimento dele na Operação Acrônimo, Pimentel acabou destruindo as finanças do nosso estado. Não podemos, a Assembleia, o Poder Legislativo não pode ficar submisso à vontade do imperador Fernando Pimentel. Nós temos que votar. Se não votar agora, sugiro... Porque o que podemos fazer aqui é sugerir à caneta de V. Exa. O que podemos fazer é sugerir a V. Exa. Por quê? Porque sabemos o resultado disso amanhã. Se V. Exa. colocar esse projeto em pauta, amanhã, às 10 horas, às 14 horas e às 18 horas, vai acontecer da mesma forma. Os deputados que votam não, continuarão votando não, e o PT e os seus líderes e seus aliados continuarão fazendo esse joguinho de cena. Entra, dá quórum. Não há quórum ainda, não conseguiu viver o voto de nenhum deputado; retira o quórum. Presidente, nós não estamos à

mercê. O senhor tem que insistir. Ou votamos agora, ou, amanhã, V. Exa. retira esse projeto de pauta, e deixa somente o orçamento. Aí, sim, votamos o orçamento e cumprimos o nosso dever. Muito obrigado, presidente.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, eu tenho conversado com diversos parlamentares, e nessa semana tivemos um posicionamento que é muito importante para esta Casa, que foi o posicionamento do governador eleito Romeu Zema com relação ao projeto do fundo. Estou falando isso porque é o governador que vai assumir daqui a 20 dias o governo do Estado de Minas Gerais, e o posicionamento dele, com toda certeza, serve de embasamento e direcionamento para vários de nós, deputados. Então, foi importante esse posicionamento do governador. Mas quero chamar atenção. O deputado Alencar falou aqui de 41 votos. Com 41 votos, 2 ainda estão sobrando, temos condições de votar o projeto hoje, de reprovar o projeto hoje, e ainda sobram 2 votos. Então, Sr. Presidente, o que quero pedir... Todas as datas em que foram marcadas essas reuniões... Quero deixar claro aqui que reconheço a legitimidade de V. Exa. e a grandeza com que V. Exa. trabalha nessa cadeira. E é bom que os prefeitos saibam que não é só o presidente que define aqui, existe um Colégio de Líderes, existem vários partidos. Por exemplo, o que está acontecendo aqui agora. Isso não é o presidente que faz, isso é uma movimentação. Então, presidente, eu reconheço a grandeza de V. Exa. V. Exa. é um presidente que me deu orgulho de ter participado desta legislatura. Mas, presidente, quero fazer um pedido aos nobres deputados. Conversei com vários deputados, e o deputado João Leite também. Ele não está aqui porque teve uma reunião, uma agenda marcada com antecedência, mas declarou o seu voto, estava aqui para votar. Da mesma forma, Sr. Presidente, amanhã não poderei estar aqui, às 11 horas tenho um compromisso marcado com seis meses de antecedência. Mas eu queria deixar aqui o meu posicionamento a favor desses prefeitos e dessas prefeitas que aqui estão. Vocês estão muito sacrificados nos seus municípios. Apesar de não ter tido apoio de nenhum prefeito, reconheço as dificuldades que cada prefeito aqui está passando nos seus municípios. E quero ser solidário a eles, Sr. Presidente, votando agora não a esse projeto. Muito obrigado.

O deputado Bosco – Sr. Presidente, estou observando atentamente, durante todo o tempo desta reunião, os manifestos de todos os deputados. Além disso, estou acompanhando também essa mobilização jamais vista na Assembleia de Minas Gerais, principalmente nos últimos anos, durante os dois mandatos em que estou aqui como deputado estadual. Já vimos, caro presidente, deputados e deputadas, essas galerias repletas de manifestantes de vários segmentos, sobretudo representantes da classe dos trabalhadores do Estado de Minas Gerais, da área da saúde, da segurança, enfim, de vários segmentos. Mas, até então, presidente, caros deputados e caras deputadas, ainda não havíamos visto nessas galerias prefeitos dos mais diversos municípios de Minas Gerais vindo aqui por uma causa justa: vieram defender não seus interesses de prefeitos e vice-prefeitos, mas os interesses dos seus municípios, porque cabe a cada um deles defender aquilo que há de melhor para a sua gente. Então, cumprimento, mais uma vez, todos os prefeitos e todas as prefeitas e o faço na pessoa do Julvan, presidente da AMM, porque, se for para citar cada um, demandaríamos um grande tempo. Assim, por seu intermédio, Julvan, quero abraçar todos os prefeitos e todas as prefeitas e, de forma especial, aqueles que me abraçaram nessa última campanha e me ajudaram a conquistar o terceiro mandato, a fim de continuarmos os nossos trabalhos. Sr. Presidente, já finalizando esta participação, sabemos que não será feita a recomposição de quórum, conhecemos e estamos visualizando o Plenário. Lamentavelmente não teremos quórum suficiente para prosseguirmos a votação da matéria, por essa falta de reconhecimento e respeito com os prefeitos. Então, presidente, quero fazer um apelo não só aos deputados que estão aqui e votarão “não” como eu – e todos já sabem da minha posição –, mas também àqueles que, pelos seus entendimentos – e que respeitamos – votarão “sim”: colaborem com o quórum para votarmos e apreciarmos esse projeto, independentemente do resultado. Não podemos mais ver esses prefeitos, como o John, de Pratinha, parados há uma semana, esperando com a batata assando no município deles e a folha de pagamento e o 13º salário para pagarem. Esses prefeitos sabem que, enquanto estão aqui defendendo os interesses da sua gente e dos seus municípios, lá está o pepino, a batata quente, os servidores da saúde e da educação aguardando para receber seus salários e o décimo terceiro. Portanto fica o nosso apelo, o meu apelo. Srs. Deputados, com todo o respeito ao voto de cada um de V. Exas., mesmo votando “sim” pelas suas convicções, compareçam ao Plenário para votarmos esse projeto e fazermos com que esses prefeitos retornem às suas cidades com a certeza da Assembleia de Minas Gerais.

2ª Fase

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, caríssimos deputados, Srs. Prefeitos, prefeitas, colegas, eu gostaria de fazer uma reflexão e, para isso, peço a atenção de V. Exa. e de todos os parlamentares. Estou acompanhando, pela sexta reunião ordinária ou extraordinária, esse novo encontro para votar esse projeto. É muito importante, Sr. Presidente, que não percamos de vista que esta é uma casa plural de debate, mas quero voltar meus olhos para quando esse projeto chegou à Casa, quando eu estava presidente, substituindo V. Exa. Em regime de urgência, o projeto percorreu as comissões necessárias, teve uma aprovação apertada na Comissão de Constituição e Justiça, depois foi para a Comissão de Administração Pública, onde pudemos participar de uma audiência pública representando o próprio governo, o secretário Marco Antônio, que não conseguiu convencer os deputados – o presidente Julvan também estava presente, bem como outros prefeitos. De lá para cá, tem sido a tônica um debate que, neste momento, não está fazendo bem para a democracia, não está fazendo bem para nenhum de nós. E acho que estamos prontos para votar esse projeto. Os prefeitos e prefeitas estão aqui desde terça-feira, largaram seus municípios, seus afazeres e também estão apreensivos com o que vai ocorrer. Fomos convocados por V. Exa. Saímos de casa de manhã e estamos prontos para votá-lo. Quero destacar que respeito os deputados que o estão encaminhando favoravelmente, mas, regimentalmente, fazem o processo de obstrução. E é necessário dizer, caríssimo presidente, que todas as fases já foram encerradas; não temos mais o que fazer, então temos que colocar o projeto em votação imediatamente. O que os deputados estão fazendo é o que dita aquele provérbio latino *jus esperneandi*: querem o direito de espernear para, de toda maneira, convencer aqueles que darão o seu voto. Tenho certeza, independente do resultado, de que estamos certos, por tudo o que ouvimos nas audiências públicas, nas manifestações dos prefeitos e sobre os aspectos legais e jurídicos, que demonstram a inconstitucionalidade. Não podemos mais deixar, no apagar das luzes deste mandato, que isso aconteça, dada a inconstitucionalidade flagrante desse projeto, que fere os municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o direito penal. Temos que encarar, olho a olho, mas não precisamos ofender ninguém, não precisamos discutir, não precisamos ofender a dignidade de quem quer que seja. Temos que respeitar o direito do voto, porque é por ele que estamos aqui. Por essas razões, por respeito a todos os prefeitos e prefeitas que estão presentes, por respeito ao Estado de Minas Gerais e aos 853 municípios, temos que votar esse projeto. Neste momento em que se aproxima o Natal, não faz bem, deputado Gil, ouvir tantas ofensas pessoais. Não precisamos disso, temos que separar essa responsabilidade. Mas estou vendo a Casa vazia, os deputados saindo. Quero, com todo o respeito, presidente, homenageá-lo por esse tempo em que fiquei com V. Exa. na Mesa e pedir que possamos votar o projeto. Para isso, solicito a recomposição de quórum, a fim de que todos os deputados estejam aqui. Inobstante o resultado, isso é necessário para dar um basta, em definitivo, a essa situação. Vamos votar; vamos votar “não” em defesa do povo mineiro e dos prefeitos. Obrigado.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rogério Correia) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 34 deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.406/2018, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, 4, 10 a 13, 16 a 28, 30 a 35, 38 a 42, 44 a 47, 50, 51, 53 a 102, 106 a 155, 157 a 237, 239 a 260, 262 a 264, 289 a 537, 543 a 613, 619 a 637, 639 a 653, 661, 691 a 716, 727, 728, 730 a 750, 758 a 760, 766 a 773, 787 a 791, 793 a 808,

810 a 866, 868 a 884, 886 a 1.133, 1.138, 1.139, 1.141, 1.143 a 1.151, 1.153 a 1.160, 1.162 a 1.190, 1.193 a 1.209, 1.211 a 1.255, 1.259 a 1.261, 1.263 a 1.274, 1.276 a 1.282, 1.284, 1.286 a 1.317, 1.320 a 1.322, 1.324 a 1.326, 1.328, 1.329, 1.331 a 1.338, 1.340, 1.341, 1.343 a 1.383, 1.386 a 1.492, 1.494, 1.496 a 1.513, 1.515 a 1.532, 1.534, 1.535 e 1.537 a 1.585, apresentadas por parlamentares; com as Emendas n°s 654 a 660, 662 a 690, 885, 1.191, 1.493 e 1.495, apresentadas por parlamentares, na forma das respectivas Subemendas n° 1; com as Emendas n°s 1.586 a 1.637 e 1.639 a 1.641, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda n° 1.638, apresentada pela Comissão de Participação Popular, na forma da respectiva Subemenda n° 1; com as Emendas n°s 103, 261, 717 e 776, apresentadas por mais de um parlamentar; com as Emenda n°s 541, 542, 614, 617 e 761, apresentadas por mais de um parlamentar, na forma das respectivas Subemendas n° 1; e com as Emendas n°s 1.643 a 1.738, que apresenta; e pela rejeição das Emendas n°s 104, 105, 265 a 288, 538 a 540, 615, 616, 618, 718 a 726, 729, 751 a 757, 763 a 765, 774, 775, 777 a 786, 792, 809, 867, 1.134 a 1.137, 1.210, 1.256 a 1.258, 1.275, 1.283, 1.285, 1.323, 1.327, 1.330, 1.339 e 1.642. As Emendas n°s 1, 3, 5 a 9, 14, 15, 29, 36, 37, 43, 48, 49, 52, 156, 238, 638, 762, 1.140, 1.142, 1.152, 1.161, 1.192, 1.262, 1.318, 1.319, 1.342, 1.384, 1.385, 1.514, 1.533 e 1.536 foram retiradas pelos autores. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia, que ainda dispõe de 55min45s para o seu pronunciamento.

O deputado Rogério Correia – Presidente, passamos à discussão do projeto que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e das empresas controladoras pelo Estado para o exercício financeiro de 2019.

Sr. Presidente, este orçamento precisa de fato de um bom debate nesta Casa. Como já tínhamos adiantado, o Partido dos Trabalhadores pretende fazer uma discussão, até para que fiquem claros os fundamentos do déficit do Estado e o que será feito no ano que vem. É óbvio que, se não discutirmos e aprovarmos o Orçamento sem nenhum debate, o povo mineiro não terá conhecimento do seu conteúdo e do porquê de ele conter um déficit tão grande, até por ser um orçamento real. Essa é a discussão que temos de fazer e mais o que virá a ser implementado e obrigatório para o próximo governador do Estado.

O Partido dos Trabalhadores evidentemente terá aqui um papel de fiscalização do procedimento do futuro governador. Conhecedores do Regimento, queremos fazer alguns alertas nesse sentido. Sr. Presidente, passo a fazer essa discussão do Orçamento com bastante tranquilidade. Primeiro, quero dizer que o Orçamento, necessariamente, tem que conter algo importante para o ano que vem. Já queremos pautar isso como obrigação do governador Zema, que entra agora com um déficit também grande, mas com obrigações sociais enormes.

Deputado Paulo Guedes, o governador Zema, por exemplo, terá que pagar o piso salarial dos professores. Aprovamos uma emenda constitucional de todo a área da educação e desde já cobramos. Podem dizer que isso é incoerente com o que o Partido dos Trabalhadores fez? Não, porque aproximamos muito valor do pagamento desse piso. Com a decisão que está sendo tomada de não fazer um acordo em relação às dívidas existentes com a prefeitura, o cancelamento – era isso que eu estava tentando dizer para o entendimento dos prefeitos – do pagamento das verbas obrigatórias aos prefeitos certamente será muito ruim para o município, porque isso não obrigará – no orçamento não consta isso, quando for aprovado – a necessidade de o governo Zema cumprir, inclusive, alguns compromissos cujas despesas, se anuladas, simplesmente não existirão. Por isso, seria bom fazer esse acordo.

Conseguimos falar pouco, porque, na verdade, como eu havia dito aqui misturaram-se interesses distintos. Havia interesses de prefeitos que corretamente vieram manifestar suas angústias, pois muitos estão com as contas apertadas e sem conseguir cumprir os compromissos por falta de repasse – isso é real, é verdade –, e os prefeitos têm toda razão em relação a isso. Entretanto, outros vieram simplesmente fazer uma disputa ideológica, como se as eleições ainda não tivessem acabado. Portanto, pautaram ideologicamente o que se pautou as eleições, que foi uma espécie de ódio, de repúdio, ao Partido dos Trabalhadores.

Um deputado, por exemplo, teve a coragem de dizer que o PT é uma organização criminosa. Ele faz isso no ódio de uma demagogia, porque sabe não ser verdade. Aliás, o PT disputa eleições, ganhou várias e não pode ser ofendido, e nem seus integrantes, dessa forma. Divulgar esse ódio e chamar agremiações partidárias do campo democrático de terroristas, de agremiações criminosas

não faz bem ao processo democrático. Isso é oriundo de uma política neofascista, que procura colocar aqueles que lutam na contramão da existência democrática. Isso, deputado Celinho do Sinttrocel, não é novo no Brasil. O PCB e o PCdoB já foram vítimas disso em ditaduras, que, depois, fecharam o Congresso e colocaram partidos na clandestinidade.

O deputado André Quintão, portanto, colocou muito bem, que, se o deputado tivesse hombridade viria ao Plenário desta Assembleia Legislativa e pediria desculpa pelas ofensas e pelos absurdos que disse, porque cabe até um processo, ainda que tenha dito da tribuna, para que se possa provar que deputados estaduais fazem parte de uma organização criminosa. Essa prova não é feita. Fala-se no calor de uma discussão e num ato demagógico para aparecer diante de alguns que estão aqui e não são os prefeitos, mas outros que vieram à Assembleia fazer sua política de ódio.

Peço, então, ao presidente que retire dos anais desta Casa as palavras “organização criminosa” referentes ao Partido dos Trabalhadores, e ao deputado Fred Costa que peça desculpas ao PT, por ser este um partido do campo democrático. Apenas dessa forma, teremos, de fato, um diálogo democrático, em que as pessoas podem divergir, mas se respeitam democraticamente. Como poderíamos conviver entre nós, se, em qualquer divergência, eu chamasse um parlamentar de criminoso, de fascista ou seja lá do que for? Isso não é forma de comportamento. Até pela amizade que tenho com o deputado, prefiro considerar isso um ato de – não sei que adjetivo usar – desabafo, um ato impensado, talvez seja a melhor palavra.

De fato, um partido como o PT, com tantos serviços prestados à democracia brasileira, não se confunde com organização criminosa, pelo contrário, o Partido dos Trabalhadores nasceu no combate ao regime militar. Se o deputado quiser saber, eu, por exemplo, fui preso três vezes, detido no Dops, por lutar pelos direitos dos trabalhadores, pelos direitos humanos.

Fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional, não por ser um criminoso. Se V. Exa. confundiu organização criminosa com quem combate a ditadura, quero dizer que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Ali, eram lutas por liberdades e por direitos. Foi isso o que fizemos e por isso estive no Dops e na Polícia Federal, preso por três dias. Alguns foram torturados. Aliás, muitos deputados do Partido dos Trabalhadores foram torturados, como também foram torturados deputados do PCdoB, do PCB... Isso não se confunde com organização criminosa, mas com luta por liberdades.

Então, quando começam a querer fazer com que determinada ideologia seja escrachada e retirada da sociedade, temos que reagir. Digo isso, deputado André Quintão, não só em relação ao deputado Fred Costa, que prefiro achar que fez um desabafo, mas também a um deputado que vai entrar nesta Casa e que outro dia deu uma entrevista ao jornal Estado de Minas dizendo que veio para cá para exterminar a esquerda. Ora, ele veio para o Parlamento para exterminar a esquerda! Eu e o deputado Paulo Guedes vamos para Brasília, mas os gloriosos deputados que ficam aqui e os novos e novas deputadas que vão chegar estão sujeitos ao coronel que está chegando como deputado... Esqueci o nome dele. (- Intervenção fora do microfone.) Sim, Cel. Sandro. Foi ele que deu uma entrevista dizendo que veio aqui para aniquilar, extirpar a esquerda. É esse o seu objetivo aqui! A deputada Beatriz Cerqueira até entrou na Justiça interrogando o Cel. Sandro sobre o que ele vai fazer para exterminar a esquerda. Como eles vão conviver aqui, do ponto de vista democrático?

Então, isso realmente nos ofende muito. Não do ponto de vista pessoal, porque sabemos que não temos que levar em consideração essas bobagens que são ditas, pois nada disso dura 2 segundos de argumento. Mas o problema, deputado Paulo Guedes, é que isso vai colocando na sociedade um espírito de desrespeito à democracia. Nas eleições, houve muito isso; houve muito desrespeito à questão democrática. Dizer que quem defende os direitos humanos está defendendo bandido? Sinceramente, quando um deputado fala uma coisa como essa ele joga contra si mesmo o papel que tem no Parlamento. Não é possível que um deputado venha para cá e não se digne a defender os direitos humanos, os direitos das pessoas, sejam à educação, à saúde, à liberdade e mesmo o direito de um preso ter os seus direitos. Agora vemos o filho do Bolsonaro, que, aliás, não explica o problema do motorista, dizer que quer pena de morte. Para quem ele quer pena de morte? Quem está incluído nessa pena de morte? O motorista desaparecido estaria incluído também, já que, na concepção deles, bandido bom é bandido morto? Ora, isso não pode prevalecer no Parlamento brasileiro.

Então, antes de discutirmos o orçamento, eu queria pontuar essas questões. Mas também quero fazer algumas cobranças que certamente serão feitas ao governo do Zema, já que ele tem recebido os prefeitos e tem dito que vai resolver os problemas que enfrentam. Sim; ele terá que resolver o problema dos prefeitos e vários outros, como o das trabalhadoras e trabalhadores da educação, que estão esperando o restante do piso salarial, que será uma bandeira que certamente teremos aqui durante todo o tempo.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Eu ainda teria muito a dizer do orçamento, mas, presidente, V. Exa. pode perceber que, infelizmente, não há quórum. Assim, como eu queria dialogar com mais deputados sobre o que aconteceu hoje e sobre o orçamento, peço a V. Exa. encerre de plano a reunião, conservando o meu tempo.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1º/10/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a distribuição de gabinetes parlamentares nas dependências da Casa; 2ª) dispõe sobre o traje a ser utilizado pelos parlamentares nas reuniões de Plenário ou de comissão; 3ª) estabelece normas para uso do Salão Vermelho e suas áreas contíguas, localizados no andar semienterrado – SE – do Palácio da Inconfidência; 4ª) estabelece critérios para a manifestação dos deputados de suas opções quanto ao recebimento das verbas remuneratórias e indenizatórias a que fazem jus. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom –, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, e das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Simone Torres de Souza da função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Informação Legislativa; designando Paulo de Castro Gonçalves para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Informação Legislativa. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/10/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de agosto de 2018, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de agosto de 2018, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/8/2018, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.682/2018, a Mesa altera a Deliberação nº 2.598/2014, que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e a celebração e a execução de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda., tendo como objeto a aquisição de suprimentos de informática – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 76/2018, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa manifesta-se favorável à concessão de Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 20.693/2013, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nº 2.421/2008, alterada pelas Deliberações da Mesa nºs 2.517/2011, 2.540/2012, 2.568/2013 e 2.660/2017; e 2.432/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 1º de outubro de 2018, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 28 de setembro de 2018, e homologou a indicação da servidora Letícia Martins da Costa Cordeiro, apta à obtenção do ADE, no ano de 2018. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/10/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide proibir a entrada e a permanência de animais nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com exceção de cães-guia que acompanhem pessoas com deficiência visual, nos termos da Lei Federal nº 11.126/2005, e de cães utilizados pela Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros, desde que conduzidos e acompanhados pelo responsável por sua guarda. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de condução de veículos automotores – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 44/2018, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta

Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/10/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.685/2018, dispõe sobre remanejamento de crédito do orçamento da Assembleia Legislativa mediante utilização de recursos resultantes da anulação parcial de dotação orçamentária do próprio orçamento. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Isso posto, a Mesa, no uso de suas atribuições, especialmente das contidas no inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176/1997, conclui pela impossibilidade de deferimento do requerimento de aposentadoria especial do servidor Antônio Eustáquio Pimenta, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo Masculino, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, lotado na Gerência-Geral de Polícia Legislativa, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos previstos na legislação específica, quais sejam o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar Federal nº 51/1985, o § 2º do art. 71 e o art. 72 da Lei Complementar nº 129/2013, as conclusões do Parecer nº 5.215/2011, da Procuradoria-Geral desta Casa e a resposta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais à Consulta nº 862.633, formulada por esta Assembleia Legislativa àquele Tribunal. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de novembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de novembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/10/2018

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.683/2018, declara a perda de mandato do deputado Márcio José Machado de Oliveira, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição do Estado e do § 2º do art. 53 do Regimento Interno. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/10/2018

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.684/2018, altera a Deliberação nº 2.618, de 26 de maio de 2015, que dispõe sobre declaração de comparecimento de agentes públicos à Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando José Roberto Xavier Umbelino para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gerência de Controle Operacional e de Apoio a Eventos; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as regras do regime especial de que tratam o § 2º do art. 71, o art. 72 da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, e o inciso II, alínea “a”, do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 144, de 15/5/2014, em consonância com o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis, em especial as conclusões do Parecer da Procuradoria-Geral desta Secretaria nº 5.215/2011 e da Decisão da Mesa de 31/7/2012, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, concedendo aposentadoria especial, a pedido, com proventos integrais, a partir de 19 de outubro de 2018, ao servidor Ramon Lotti Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo – Policial Legislativo Masculino, no exercício de Função Gratificada de Nível Superior; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 15 de outubro de 2018, a servidora Cristina Waller Dutra, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Taquígrafo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de outubro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2017

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião

anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta, a debater, em audiência pública, a situação dos moradores do loteamento Manoel Brandão, em Pedro Leopoldo, que adquiriram lotes através da Imobiliária Tennessee Empreendimentos há cerca de 10 anos e o pedido de reintegração de posse ajuizado por essa empresa contra os proprietários, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tânia de Assis Barreto, Sandra Regina Sobral, Luciana Inocência Pereira e Alexandra de Cássia Corrêa Pires da Cruz, moradoras, e Jovane Gleice Pereira Santiago, assessora parlamentar da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo; e os Srs. Willian dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Edy Nikollas Figueiredo Guimarães, representante dos moradores do Bairro Manoel Brandão de Pedro Leopoldo; e Antônio Carlos Magalhães e Aziz José Ferreira, vereadores de Pedro Leopoldo. A presidência concede a palavra ao deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.438/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Leopoldo as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/5/2017;

nº 8.439/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/5/2017, para que seja designado defensor público para defender os adquirentes de lotes no Bairro Manoel Brandão, em Pedro Leopoldo;

nº 8.440/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja encaminhado ao juízes da Comarca de Pedro Leopoldo pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/5/2017, para que suspendam as ações de reintegração de posse interpostas contra adquirentes de lotes do Bairro Manoel Brandão, nesse município, assim como para que seja agilizado o julgamento das ações contra as empresas imobiliárias responsáveis pela implementação do loteamento nesse bairro;

nº 8.441/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja encaminhado ao prefeito da Comarca de Pedro Leopoldo pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/5/2017, para que apoie os moradores do Bairro Manoel Brandão em face das imobiliárias responsáveis pelo loteamento nesse bairro;

nº 8.442/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja encaminhado à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para que assuma a mediação do conflito entre os adquirentes de lotes no Bairro Manoel Brandão, em Pedro Leopoldo, e as imobiliárias Tennessee Empreendimentos Imobiliários e Silveira Neto, com a participação do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Prefeitura de Pedro Leopoldo, da Copasa e da Cemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Geraldo Pimenta – André Quintão.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco e Elismar Prado (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o

presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Adriana Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, solicitando a aprovação do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 3.676/2016; Rosemeire Alvarenga Vianna, reclamando da falta de água no Parque das Águas de Casa Branca; e dos Srs. Léci de Araújo Cândido informando o fim do convênio dos bancos para pagamento das contas da Cemig, no Município de Ribeirão das Neves; Carlos reclamando do aumento das contas de energia elétrica; e João Neto, morador do Município de Cabeceira Grande, reclamando da retirada de todos os transformadores do bairro onde reside. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Viviane de Oliveira Soares, da Queiroz Galvão Energia S.A. (29/8/2018); e dos Srs. Eunício Oliveira, senador da República (28/6/2018); e Marcio Caliari, – da Mucuri Energética S.A. (26/9/2018). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.039/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Bosco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.039/2017 (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.511, 11.525 e 11.526/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2018.

João Vítor Xavier, presidente – Antonio Carlos Arantes – Duarte Bechir.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2018

Às 11h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.718, 11.720, 11.728, 11.735, 11.737, 11.739, 11.740 a 11.742, 11.744, 11.746, 11.749, 11.751, 11.755, 11.757, 11.759, 11.761, 11.762, 11.764, 11.769, 11.773, 11.775, 11.776, 11.779, 11.781, 11.786, 11.790, 11.806, 11.809, 11.816, 11.827, 11.830, 11.841 a 11.844, 11.846, 11.847, 11.858, 11.859, 11.861 e 11.958/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.039/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais o relatório da visita realizada dia 4/12/2018 ao Departamento de Operações Especiais – Deoesp –, para conhecer a estrutura e o aparelhamento logístico e de pessoal da instituição, e pedido de providências para que sejam solucionados o quanto antes os problemas destacados no relatório, tais como: salas com tamanho insuficiente para acomodar os policiais, vazamento de água, coletes à prova de balas e caixas empilhados em cima de armários, jornal afixado em janela para reduzir a incidência de luz, carceragens sendo utilizadas como depósito, câmeras internas de

segurança dentro do armário, banheiros insuficientes e inadequados, estacionamento que não permite rápido deslocamento das viaturas e inexistência de alojamentos;

nº 13.040/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Maj. PM Wiliana Costa Vieira pelo eficiente e honroso serviço prestado à Polícia Militar de Minas Gerais como coordenadora do Copom da 4ª Região de Polícia Militar, no posto de capitão, em 2008, e como coordenadora do Cicop, de 2016 a 2018, quando retornou para Juiz de Fora na função de chefe do Copom;

nº 13.041/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à União dos Militares do Estado de Minas Gerais – UMMG –, à Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM –, à Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro – AMT PM/BM –, ao Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais – COPM –, à Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra/PMBM –, à Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom – e ao Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CSCS – ofício comunicando, com pesar, a morte do Sd. PM Marcos Vinícius Ataíde Gomes, Masp 170.934-4, ocorrida em 12/12/2018, entre Verdelândia e Janaúba, ao qual seja anexado o Requerimento nº 7.869/2017, encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública, em que a comissão já manifestava, em meados do ano passado, sua preocupação com as condições de trabalho dos policiais militares lotados no destacamento sediado no Município de Verdelândia, especificamente no tocante aos coletes à prova de bala e à viatura de grande porte e com compartimento de segurança;

nº 13.042/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – ofício comunicando, com pesar, a morte do Sd. PM Marcos Vinícius Ataíde Gomes, Masp 170.934-4, ocorrida em 12/12/2018, entre Verdelândia e Janaúba, ao qual seja anexado o Requerimento nº 7.869/2017, encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública, em que a comissão já manifestava, em meados do ano passado, sua preocupação com as condições de trabalho dos policiais militares lotados no destacamento sediado no Município de Verdelândia, especificamente no tocante aos coletes à prova de bala e à viatura de grande porte e com compartimento de segurança.

Em seguida, são aprovados relatórios de visitas à Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – Apac –, em Sete Lagoas, para colher informações acerca das constantes saídas do interno Marcos Valério Fernandes de Souza, especialmente no que se refere a autorização prévia, motivação dos atos, datas, horários e finalidades, realizada em 18/9/2018; e ao Departamento de Operações Especiais – Deoesp – para conhecer sua estrutura e seu aparelhamento logístico e de pessoal, realizada em 4/12/2018, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – Roberto Andrade.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – Apac – de Sete Lagoas

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 12.714/2018, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 18/9/2018, a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – Apac – de Sete Lagoas, para obter

informações acerca das constantes saídas do interno Marcos Valério Fernandes de Souza, especialmente no que se refere a autorização prévia, motivação dos atos, datas, horários e finalidades.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, acompanhados do Sr. Flávio Lúcio Batista Rocha, presidente da Apac de Sete Lagoas.

Relato

A Comissão de Segurança Pública foi recebida pelo Sr. Flávio Lúcio Batista Rocha, presidente da Apac de Sete Lagoas, que relatou não ter recebido nenhum comunicado da ALMG de que a comissão visitaria a Apac, mas afirmou que estava à disposição para prestar qualquer esclarecimento. Todos os presentes foram encaminhados a uma sala de reuniões localizada em um dos prédios que compõem a instituição.

Flávio Rocha apresentou algumas informações acerca da Apac: a unidade conta com 92 recuperandos e tem capacidade para 100; todos os recuperandos são tratados da mesma forma, podendo sair para realização de tratamento médico e odontológico ou ainda em atendimento a requisições judiciais ou policiais; a unidade não conta com nenhum profissional de saúde, razão pela qual qualquer tratamento médico ou odontológico é realizado fora da Apac; ao saírem, os recuperandos não são escoltados por agentes penitenciários, mas, sim, por funcionários da Apac ou por outros recuperandos.

O deputado Sargento Rodrigues esclareceu que a visita se destinava a obter informações sobre as constantes saídas do interno Marcos Valério Fernandes de Souza, especialmente no que se refere a autorização prévia, motivação dos atos, datas, horários e finalidades. O deputado solicitou então essas informações acerca de cada saída do citado interno. Além das informações referentes às saídas, o deputado questionou quais pessoas visitaram o referido recuperando desde sua chegada à Apac de Sete Lagoas, em julho de 2017.

O presidente da Apac afirmou aos deputados que todas as saídas relacionadas a requisições judiciais e policiais são devidamente registradas e os ofícios referentes a cada uma delas se encontram na pasta de cada recuperando. Sendo assim, solicitou que fosse trazida a pasta do interno Marcos Valério. Quanto às visitas, o presidente esclareceu que elas são registradas manualmente em um livro e que o recuperando Marcos Valério recebeu visitas de familiares e de seus advogados. O presidente informou ainda que a juíza da Vara de Execuções Criminais de Sete Lagoas editou portaria no início de setembro na qual estabelece que todas as saídas de recuperandos da Apac de Sete Lagoas sejam comunicadas à Vara de Execuções.

Com a chegada da pasta referente ao recuperando Marcos Valério, os deputados constataram que o recuperando foi transferido da Penitenciária Nelson Hungria, localizada no Município de Contagem, para a Apac de Sete Lagoas em julho de 2017; o recuperando cumpre pena de 37 anos de reclusão e está em regime fechado; o recuperando saiu da Apac, por requisição do delegado de polícia Rodrigo Bossi, em dez oportunidades (9/3/2018, 26/6/2018, 2/4/2018, 5/4/2018, 11/4/2018, 17/4/2018, 29/6/2018, 21/8/2018, 24/8/2018 e 12/9/2018); consta ainda uma requisição do mesmo delegado que se realizará dia 19/9/2018; o recuperando compareceu à Polícia Federal em 26/9/2017; o recuperando compareceu ao Ministério Público de Minas Gerais em 26/2/2018, por requisição do promotor de Justiça Rodrigo Fonte Boa; e, por requisição oriunda da Justiça Federal de Minas Gerais, o recuperando participará de audiências judiciais nos dias 25/9/2018, 27/9/2018 e 2/10/2018.

O deputado João Leite questionou ao presidente da Apac se havia outro recuperando que cumpria pena privativa de liberdade na instituição por crime semelhante ao de Marcos Valério ou em quantidade de pena parecida.

Flávio Rocha respondeu que há recuperandos na Apac de Sete Lagoas que cometeram toda sorte de delitos e com penas igualmente elevadas, incluindo homicídio, tráfico de drogas, latrocínio e outros crimes graves.

Também foi apresentado à comissão o livro de visitas da Apac. Os parlamentares constataram que o controle de quem entra na unidade é precário, haja vista que o registro é feito de maneira manual, e o preenchimento do livro é realizado pela própria pessoa que entra na unidade prisional.

O deputado Sargento Rodrigues solicitou ao presidente da Apac que convidasse o recuperando Marcos Valério para conversar com a Comissão de Segurança Pública. Poucos minutos depois, o referido interno chegou à sala em que a visita ocorria, acompanhado de seu advogado, Jean Robert Kobayashi Junior.

O recuperando Marcos Valério declarou que foi transferido da Penitenciária Nelson Hungria para a Apac pelo fato de sua esposa morar, trabalhar e estudar em Sete Lagoas; que durante sua permanência na Penitenciária Nelson Hungria foi vítima de crime de tortura por parte de um agente penitenciário e que esse fato já foi denunciado às autoridades competentes; que a pena privativa de liberdade que está cumprindo na Apac de Sete Lagoas se refere ao crime conhecido como "mensalão do PT"; que foi condenado em primeira instância a 16 anos e nove meses de reclusão pelo crime conhecido como "mensalão tucano"; que suas saídas da Apac de Sete Lagoas por requisição do delegado de polícia Rodrigo Bossi se referem ao acordo de colaboração premiada que ele está realizando perante o Supremo Tribunal Federal – STF; que sua colaboração premiada tem participação das Polícias Cíveis de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além da Polícia Federal; que, para não violar o sigilo dessa colaboração premiada, não poderia adentrar em maiores detalhes; que a colaboração premiada se encontra em estágio avançado, e as próximas saídas são para realizar esclarecimentos por solicitação do ministro Celso de Mello, do STF; que não são verdadeiras as denúncias de que ele teria regalias no sistema prisional; que cumpre pena nas mesmas condições dos demais recuperandos; que realiza as mesmas obrigações dos outros recuperandos; que está sendo prejudicado na progressão para o regime semiaberto porque os dias referentes a trabalho e estudo não estão sendo remidos no cumprimento de sua pena; que existem influências externas nas decisões judiciais relativas ao seu cumprimento de pena.

O advogado de Marcos Valério, Jean Robert Kobayashi Junior, afirmou que em duas oportunidades houve mudanças inesperadas nos processos em que Marcos Valério pleiteia progressão para o regime semiaberto de cumprimento de pena, e que até mesmo pareceres do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – foram alterados em menos de 24 horas. Segundo ele, dois pareceres do MPMG analisavam o mesmo processo e apresentavam fundamentações e conclusões completamente diferentes acerca do pedido de progressão de pena e de remissão de dias de trabalho e estudo de seu cliente.

Ao final da visita, o deputado Sargento Rodrigues pontuou que as saídas de Marcos Valério da Apac de Sete Lagoas devem ser acompanhadas pela Vara de Execuções Criminais da Comarca de Sete Lagoas para que as disposições da Lei Federal nº 7.210, de 1984, sejam rigorosamente cumpridas.

Conclusão

Ao final da visita, a comissão pontuou que todas as saídas de Marcos Valério da Apac de Sete Lagoas devem ser acompanhadas pela Vara de Execuções Criminais da Comarca de Sete Lagoas para que as disposições da Lei Federal nº 7.210, de 1984, sejam rigorosamente cumpridas.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2018.

Sargento Rodrigues, relator.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Segurança Pública****Local visitado: Departamento de Operações Especiais – Deoesp –, em Belo Horizonte****Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 12.892/2018, do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 4/12/2018, o Departamento de Operações Especiais – Deoesp –, na Av. Otacilio Negrão de Lima, 640, Pampulha, em Belo Horizonte, para conhecer a estrutura e o aparelhamento logístico e de pessoal da instituição.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues, presidente da comissão, e João Leite, acompanhados de Hugo Malhano dos Santos, delegado-geral chefe do Deoesp; Ramom Sandoli de Aguiar Lisboa, delegado titular da Delegacia Antissequestro do Deoesp; Marcelo Armstrong, vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol-MG; e Felipe Costa Marques de Freitas, do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas.

Relato

Os deputados e demais visitantes foram recepcionados por Hugo Malhano dos Santos, delegado-geral chefe do Deoesp, que explicou, ao ser questionado pelo presidente da comissão, que o Deoesp foi transferido, de maneira provisória, para a Pampulha, em abril deste ano, devido a uma reestruturação dos departamentos da Polícia Civil de Minas Gerais. De acordo com ele, foram disponibilizados recursos para aluguel de outro local, porém os proprietários dos imóveis pesquisados não aceitaram alugar para o Estado por receio de não receberem o pagamento. Também respondendo a questionamento do deputado, informou que, atualmente, o departamento conta com cerca de 70 policiais na atividade, descontados os que estão de licença para tratamento de saúde e para fins de aposentadoria.

O deputado Sargento Rodrigues esclareceu que a visita se destinava a conhecer a estrutura e verificar se ela está apta a acomodar o efetivo e as viaturas, tendo em vista que, para a execução do trabalho especializado dos policiais do Deoesp, é fundamental contar com uma estrutura adequada. O presidente da comissão demonstrou preocupação também com o fracionamento da equipe, já que somente uma parte dela foi transferida para a Pampulha.

Os deputados e demais visitantes percorreram toda a unidade e puderam verificar: salas com tamanho insuficiente para acomodar os policiais – em uma delas, trabalham 21 policiais de duas delegacias distintas, com espaço de circulação quase inexistente; vazamento de água, que pôde ser verificado, inclusive, na luminária do teto de uma das salas; coletes à prova de balas e caixas empilhados em cima de armários; jornal afixado em janela para reduzir a incidência de luz;arceragens sendo utilizadas como depósitos; câmeras internas de segurança dentro de armário no corredor; banheiros insuficientes e inadequados; estacionamento que não permite rápido deslocamento das viaturas; e inexistência de alojamentos.

O deputado Sargento Rodrigues declarou que “é decepcionante fazer uma visita a uma unidade do Deoesp e encontrar essa estrutura física despreparada, com salas pequenas, banheiros ruins e um estacionamento em que as viaturas não conseguem sair com rapidez”.

O deputado João Leite concordou com o presidente da comissão e destacou a necessidade de uma melhor estrutura física para que o Deoesp desempenhe suas funções adequadamente, inclusive com estacionamento mais apropriado e que permita mais agilidade nos deslocamentos das viaturas.

Os representantes de sindicatos que acompanharam a visita corroboraram a opinião dos parlamentares sobre a necessidade de melhorar a estrutura física do Deoesp. O delegado Felipe Freitas, representante do Sindepominas, disse ainda que, apesar de a localização atual ser mais estratégica para alcançar as principais vias de acesso e para deslocamentos aéreos, a unidade é muito pequena para comportar o efetivo.

O delegado Hugo Malhano dos Santos reconheceu a falta de infraestrutura do local para realização eficiente do trabalho dos policiais do Deoesp e informou que existem algumas opções para resolver a questão. Uma delas seria a transferência do Deoesp para a antiga sede do Grupo de Ações Táticas Especiais – Gate –, na Av. Tereza Cristina. De acordo com ele, o imóvel já se encontra cedido, mas seria necessária uma verba de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil para a reforma do local. Outra opção seria a transferência para o prédio na Av. Afonso Pena, que já abrigou o Departamento de Investigação Antidrogas, o Departamento de Ordem Política e Social e também o Deoesp, e onde hoje está sendo planejada a implementação do Memorial de Direitos Humanos Casa da Liberdade. Esse local não demandaria nenhuma intervenção para a instalação do departamento. Por fim, a terceira alternativa seria a ampliação do atual imóvel, no qual, de acordo com ele, seria possível a construção de mais duas salas e dois banheiros com uma verba de aproximadamente R\$ 100 mil, o que resolveria a falta de espaço.

Ao final da visita, o deputado Sargento Rodrigues constatou a necessidade urgente de transferência do departamento para local com estrutura adequada para comportar todo o efetivo, de modo que a prestação do relevante serviço que o departamento desempenha em prol da sociedade não fique comprometida, e ressaltou que vai cobrar isso do chefe da Polícia Civil e do governador do Estado. Além disso, destacou a possibilidade de mobilização dos deputados para, por meio das emendas parlamentares, conseguir a verba necessária para a reforma da antiga sede do Gate, como sugerido pelo delegado Hugo Malhano dos Santos.

Conclusão

A Comissão de Segurança Pública cumpriu a finalidade da visita, verificando a estrutura do Deoesp e o aparelhamento logístico e de pessoal da instituição.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2018.

Sargento Rodrigues, relator.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/12/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.456/2018, do governador do Estado, que dispõe sobre a instituição do Fundo Extraordinário do Estado de Minas Gerais – Femeg – e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.406/2018, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, 4, 10 a 13, 16 a 28, 30 a 35, 38 a 42, 44 a 47, 50, 51, 53 a 102, 106 a 155, 157 a 237, 239 a 260, 262 a 264, 289 a 537, 543 a 613, 619 a 637, 639 a 653, 661, 691 a 716, 727, 728, 730 a 750, 758 a 760, 766 a 773, 787 a 791, 793 a 808, 810 a 866, 868 a 884, 886 a 1133, 1138, 1139, 1141, 1143 a 1151, 1153 a 1160, 1162 a 1190, 1193 a 1209, 1211 a 1255, 1259 a 1261, 1263 a 1274, 1276 a 1282, 1284, 1286 a 1317, 1320 a 1322, 1324 a 1326, 1328, 1329, 1331 a 1338, 1340, 1341, 1343 a 1383, 1386 a 1492, 1494, 1496 a 1513, 1515 a 1532, 1534, 1535 e 1537 a 1585, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 654 a 660, 662 a 690, 885, 1.191, 1.493 e 1.495, apresentadas por parlamentares, na forma das respectivas Subemendas nº 1; com as Emendas nºs 1.586 a 1.637 e 1.639 a 1.641, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda nº 1.638, apresentada pela Comissão de Participação Popular, na forma da Subemenda nº 1; com as Emendas nºs 103, 261, 717 e 776, apresentadas por mais de um parlamentar; com as Emenda nºs 541, 542, 614, 617 e 761, apresentadas por mais de um parlamentar, na forma das respectivas Subemendas nº 1; e com as Emendas nºs 1.643 a 1.738, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 104, 105, 265 a 288, 538 a 540, 615, 616, 618, 718 a 726, 729, 751 a 757, 763 a 765, 774, 775, 777 a 786, 792, 809, 867, 1.134 a 1.137, 1.210, 1.256 a 1.258, 1.275, 1.283, 1.285, 1.323, 1.327, 1.330, 1.339 e 1.642. As Emendas nºs 1, 3, 5 a 9, 14, 15, 29, 36, 37, 43, 48, 49, 52, 156, 238, 638, 762, 1.140, 1.142, 1.152, 1.161, 1.192, 1.262, 1.318, 1.319, 1.342, 1.384, 1.385, 1.514, 1.533 e 1.536 foram retiradas pelos autores.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/12/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Solene da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião solene da Assembleia para o dia 20 de dezembro de 2018, destinada ao encerramento da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, a realizar-se logo após a aprovação do Projeto de Lei nº 5.406/2018.

Palácio da Inconfidência, 19 de dezembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 20/12/2018, às 10h15min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2018.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/12/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Instituto Federal do Sul de Minas – Ifsul de Minas – pela abertura da licenciatura em história no Câmpus Inconfidentes e a realização do primeiro vestibular para o referido curso (Requerimento nº 11.687/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Sr. Demetrius David da Silva por sua eleição para reitor da Universidade Federal de Viçosa (Requerimento nº 11.713/2018, do deputado Roberto Andrade);

de congratulações com Giovana Gabriele Purcino Pereira (medalha de ouro), Luís Gabriel de Carvalho (medalha de ouro), Larah Passos Rabelo Constantino (medalha de prata), Vitor Eduardo da Silva Fonseca (medalha de bronze), extensivo às professoras Valéria Terezinha Purcino e Cristiane de Souza Rangel pela participação destacada e conquista das medalhas, acima relacionadas, na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas de 2018, representando a Escola Estadual Felizarda Russano, do Município de Pouso Alto (Requerimento nº 11.905/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela ação realizada no dia 2/12/2018, no Município de Rio Doce, quando ajudaram no parto de uma vaca que se encontrava agonizando no meio do mato perto da rodovia (Requerimento nº 11.910/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a estudante Maria Eduarda Camargo, do Município de Munhoz, por ter conquistado a Medalha da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas pela terceira vez consecutiva (Requerimento nº 11.952/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com pastor Paulo Soares Oliveira pela passagem do seu 72º aniversário (Requerimento nº 11.955/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Cb. PM Luiz Fernando Lemos Silveira pelo compromisso com a sociedade e por não ter hesitado, mesmo estando de folga, em pôr fim aos maus-tratos infringidos a uma égua que estava prenha e a dar voz de prisão ao agressor, impedindo que continuasse a agredir o animal com um pedaço de madeira (Requerimento nº 11.968/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com os Srs. Frederico José Grossi, Vladimir Alessandro Soares e Luiz Otávio Paulon, delegados; Gledson Cordeiro Cunha e Joany de Almeida Cunha, inspetores; Jackson Simim Novaes e Nilton Pires de Araújo, subinspetores; Adson Leto Maciel Sant'anna, Célio Maciel Soares, Cláudio Luiz da Silva Andrade, Fabiano Moraes Dall'alba, Fabrícia Borges Vieira, Fernando Augusto Lopes Drummond Diniz, Glaydson Rocha Cláudio, Henrique Santos Pinto de Souza, João Paulo Anastácio, José Mário Azedias Campos, Luísa de Oliveira Lisboa, Marcos Toledo Seniuk, Marcos Lobato Rodrigues, Mariana Fonseca de Magalhães Linhares, Rubens de Freitas Figueiredo, Rubens Ribeiro Afonso e Wesley Silva, investigadores; Aline Michelle Stefanelli Campos, Marcelo Del Gaudio Maciel e Tércio José Agostini Oliveira, escritvães; Arthur Alberto Neves, delegado do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc; Sérgio Coelho Leite, subinspetor do Denarc; e Eliezer Andrade Teixeira, João Ferreira dos Santos Filho, Sauley Bruno Ferreira Martins e Vander Gregório Braz, investigadores do Denarc, pela atuação na operação que resultou na maior apreensão de aves silvestres do Estado, em 7/11/2018, em Belo Horizonte, com o resgate de 232 filhotes de papagaios, 5 papagaios galegos, 1 maitaca verde, 1 papagaio campeiro, 8 passarinhos sofrê, 5 pintassilgos do nordeste, 261 pintassilgos, 3 passarinhos fogo-apagou, num total de 516 aves não anilhadas, e na prisão de três pessoas de uma mesma família, que faziam o tráfico de aves silvestres (Requerimento nº 11.973/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com as organizações de sociedade civil e protetores independentes pela dedicação à proteção dos direitos e bem-estar dos animais e defesa do meio ambiente (Requerimento nº 11.976/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de repúdio ao Hipermercado Carrefour pelo fato de um funcionário do seu quadro ter espancado um cão que se encontrava no estacionamento desse estabelecimento, acontecimento agravado pela omissão de socorro por parte dos responsáveis pelo referido hipermercado (Requerimento nº 11.979/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com a direção, os professores e os alunos que concluíram os estudos no início de dezembro de 2018, no Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec – Professor João Barbosa, em Campo Belo (Requerimento nº 12.005/2018, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Instituto São Rafael, no Dia Nacional do Cego, pelos relevantes serviços prestados por essa instituição em favor da educação para pessoas com deficiência visual (Requerimento nº 12.007/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência);

de congratulações com a Apae de Caeté pelos relevantes serviços prestados no município ao longo dos seus 34 anos de existência (Requerimento nº 12.010/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência);

de congratulações com a Apae de Pedro Leopoldo pelos relevantes serviços prestados no município (Requerimento nº 12.012/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/12/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Livia Silva Araujo Passos, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Luciana Drummond Pinto Coelho, padrão VL-37, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Pedro de Jesus, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Michael Vieira Rosa, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 148/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Unidata Automação Ltda. Objeto: contratação de serviços de gerenciamento de abastecimento da fronta de veículos da contratante e de fornecimento de combustível (gasolina comum, álcool comum hidratado e óleo diesel). Objeto do aditamento: revisão de preços de combustíveis. Vigência: a partir de 27/10/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO SEGUNDA MUSICAL

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da análise dos recursos apresentados na fase de habilitação, conforme Edital Projeto Segunda Musical nº 3/2018, publicado no *Diário do Legislativo* de 9 de outubro de 2018.

RESULTADO DOS RECURSOS		
PROTOCOLO	CANDIDATOS	SITUAÇÃO
76374	Carolina dos Santos Peres	INSCRIÇÃO CANCELADA A PEDIDO DO CANDIDATO
	Huayma Yepun Tulian Labiano	
76423	Marco Túlio Nolasco Aganetti	DEFERIDO
76432	Ana Clara Guerra	DEFERIDO
	Dêverson Correia	
76472	Andre Castillo Dourado Freire	DEFERIDO
	Josafã Ferreira Vitor	
76480	Nilson de Souza Junior	NÃO APRESENTOU RECURSO
76486	Gabriel Magno dos Santos	DEFERIDO
	Heloísa Vitória Mesquita Martins	
	Lucas Henirque Bernardo da Silva	
	Talitha Debora Gomes Marinho	
76489	Bárbara Guimarães Penido	DEFERIDO
	Eduardo Paes Barretto Filho	
	Fernanda Torchia Zanon	
76502	Luiza Alves Moreira	DEFERIDO

76507	Isabelle Magalhaes Alves	DEFERIDO
	Gabriel Vitor	
76533	Vanilce Rezende de Morais Peixoto	DEFERIDO
	Lucas Côrtes Pereira dos Reis	
	Felipe Neves Guedes da Silva	
76546	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim	DEFERIDO
76563	Sofia Lustosa Moreira	DEFERIDO
	Luiza Luana Rozza de Deus Vieira	
76572	Vilma Pimenta Teixeira	DEFERIDO
	Sofia Lustosa Moreira	
76576	Ângelo Márcio Resende	DEFERIDO
76577	Victor Mourthé Valadares	DEFERIDO
	Cícero Santos Moura	
	Johnny Silva Machado	
	Paulo Mariano Eulálio Campos	
	Raíssa Moura Costa	
	Yure de Paula Gonçalves Borges Cristo	
76581	Josafá Ferreira Vitor	DEFERIDO
	César Augusto	
76594	Zélia Evangelista de Oliveira	DEFERIDO
	Luiz Felipe Oliveira Rosa	
76598	Rafael Gaspar Anastácio	DEFERIDO
	César Augusto	
76607	Samuel Gomide Freitas	DEFERIDO
	Ygor Stefano da Silva	
	Victor Alves Rocha	
	Lucas Eduardo Oliveira do Carmo	
	Rômulo Salobreña	
	Verônica do Carmo Gabriel	
	Leandro Fernandes Martins	
	Paulo Roberto Silva Costa	
	Ana Carolina Nesse Araújo	
76610	Marlon Lucas do Nascimento	NÃO APRESENTOU RECURSO
	Fábio Ramos da Rocha Junior	
76620	Leonardo Souza Amorim	NÃO APRESENTOU RECURSO
76622	Tobias Bastos Zaluar	DEFERIDO
76645	Guilherme Siqueira de Aquino Pereira	NÃO APRESENTOU RECURSO
76651	Maria Teresa Ramos Pontes Silva	NÃO APRESENTOU RECURSO
	Laura Ramos Pontes Silva	
	Beatriz Ramos Pontes Silva	
76656	Daniel Lemos Cerqueira	DEFERIDO
76737	Jerônimo Bastos Zaluar	DEFERIDO
	Tobias Bastos Zaluar	
76739	Sebastián Miguel Barroso	DEFERIDO
	Huayma Yepun Tulian Labiano	
76749	Huayma Yepun Tulian Labiano	DEFERIDO
76757	Helen Isolani Marques	DEFERIDO
	Sérgio Aversa	

76791	Davi de Oliveira Emerick	DEFERIDO
	Samira Vilaça Araújo	
	Elis Souza Rios	
76835	Jennifer Santos Moreira de Carvalho	DEFERIDO
76927	Gisele de Carvalho Fernandes	NÃO APRESENTOU RECURSO
	Cleisson José Dias da Silva	
	Paulo Augusto Borges	
76936	Luisa Moraes Pedrosa	DEFERIDO
	Mateus Fonseca Junqueira	

RELAÇÃO FINAL DE INSCRITOS HABILITADOS	
PROTOCOLO	CANDIDATOS
76364	Julia Tempesta Batista
	Lucas Alves Mendes
76389	Paulo Sérgio Rosa Filho
	Davi Teixeira Camisassa
76401	Elias Magalhães Moreira
	Lucas Alves Damasceno
76403	Anna Paula Cruz Duarte
	Felipe Eugênio Dias Soares
76404	Ângelo Márcio Resende
76422	Albert Andrew de Jesus
	Mariana Alves Furtado
	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim
	Andre Castillo Dourado Freire
76423	Marco Túlio Nolasco Aganetti
76424	Henriane Camile Pimenta de Souza
76432	Ana Clara Guerra
	Dêverson Correia
76447	Pedro Henrique Gilberto Alves Souza
76450	Carlos Henrique Fernandes
76452	Paloma Felício Monteiro
76455	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva
	Alessandra Albuquerque de Carvalho Arão Silva
76456	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva
76457	Ana Beatriz Pinheiro Mendes
76464	Vinicius Miranda de Oliveira
76472	Andre Castillo Dourado Freire
	Josafá Ferreira Vitor
76477	Mariana Correa de Oliveira
	Paulo Henrique de Araujo Antunes
76478	Mariana Correa de Oliveira
	Emanuelle Lima Cardoso
	Bruno Medeiros
76486	Gabriel Magno dos Santos
	Heloísa Vitória Mesquita Martins
	Lucas Henrique Bernardo da Silva
	Talitha Debora Gomes Marinho

76489	Bárbara Guimarães Penido
	Eduardo Paes Barretto Filho
	Fernanda Torchia Zanon
76493	Adriano Lopes
76495	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira
76496	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira
76497	Bruno Jorge de Sousa
	Paulo Sérgio Rosa Filho
76499	Celina Garcia Delmonaco Tarragò Grovermann
	Nilcéia Baroncelli
76500	Celina Garcia Delmonaco Tarrago Grovermann
	Islei Mariano Correa Hammer
76501	Octávio Ferreira Deluchi Cerqueira da Silva
76502	Luiza Alves Moreira
76504	Tamires Lemos Rampinelli
76505	Thiago André Souza Ferreira
76507	Isabelle Magalhaes Alves
	Gabriel Vitor
76520	Mariana Aparecida Mendes
76521	Marco Túlio de Paula
76522	Gabriel Telles de Mello e Silva
	Marília Nunes Silva
76530	Carlos Rodrigues Júnior de Aguiar
76531	Paula Beatriz Vaz Galo
	Felipe Malaquias Alves
76533	Vanilce Rezende de Morais Peixoto
	Lucas Côrtes Pereira dos Reis
	Felipe Neves Guedes da Silva
76546	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim
76557	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira
	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira
76558	Albert Andrew de Jesus
	Mariana Alves Furtado
	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim
	Andre Castillo Dourado Freire
76559	Luiza Luana Rozza de Deus Vieira
76562	Lucas Matos Pinto
76563	Sofia Lustosa Moreira
	Luiza Luana Rozza de Deus Vieira
76564	Dinobergue Viana de Sousa
76565	Dinobergue Viana de Sousa
	Roger Deboben Schena
76566	Bernardo Jorge Pereira
	Marlon Lucas do Nascimento
76567	João Pedro Pena Dutra
76569	Vinicius Miranda de Oliveira
76572	Vilma Pimenta Teixeira
	Sofia Lustosa Moreira

76575	Hiago Aparecido dos Reis Fernandes
76577	Victor Mourthé Valadares
	Cícero Santos Moura
	Johnny Silva Machado
	Paulo Mariano Eulálio Campos
	Raíssa Moura Costa
	Yure de Paula Gonçalves Borges Cristo
76576	Ângelo Márcio Resende
76579	Camila Amaral Corrêa
	Leonard Pessoa Coppus
76580	Breno Parreira Araujo
76581	Josafá Ferreira Vitor
	César Augusto
76582	João Pedro de Queiroz Morales
76585	Davi de Oliveira Emerick
76592	Henrique Lowson Silva
76594	Zélia Evangelista de Oliveira
	Luiz Felipe Oliveira Rosa
76598	Rafael Gaspar Anastácio
	César Augusto
76599	Felipe Malaquias Alves
	Filipe Silva dos Santos
76605	Jerônimo Bastos Zaluar
76607	Samuel Gomide Freitas
	Ygor Stefano da Silva
	Victor Alves Rocha
	Lucas Eduardo Oliveira do Carmo
	Rômulo Salobreña
	Verônica do Carmo Gabriel
	Leandro Fernandes Martins
	Paulo Roberto Silva Costa
	Ana Carolina Nesse Araújo
76608	Carlos Rodrigues Júnior de Aguiar
	Igor Silva Rosa de Oliveira
76612	Geiciane Keila Rios
	Adailson Cássio da Silva Araújo
76614	Mariana Alice Guerra Piuzana
	Thiago André Souza Ferreira
76616	Paulo Eduardo Souza de Almeida
	André Barbosa dos Santos
76619	Isabella Corrêa Santos
	Jessye Ariane Gomes de Oliveira
	Patrick Messias Silva
76622	Tobias Bastos Zaluar
76623	Caroline Braga de Souza
76632	Sebastián Miguel Barroso
76637	Mateus Fonseca Junqueira
76644	Danilo Cunha Dias

76649	Leandro Lino da Cunha
	Thelma Cristina Nascimento de Sousa Lander
76655	Romario Allef Ribeiro Silva
76656	Daniel Lemos Cerqueira
76670	Alef Caetano Silva
	Gabriel Telles de Mello e Silva
76732	Sarah Araújo Ribeiro
76737	Jerônimo Bastos Zaluar
	Tobias Bastos Zaluar
76739	Huayma Yepun Tulian Labiano
	Sebastián Miguel Barroso
76741	André Barbosa dos Santos
76747	Caroline dos Santos Peres
	Juliana Gonçalves Marin
76749	Huayma Yepun Tulian Labiano
76755	Paulo Eduardo Souza de Almeida
	Bruno Jorge de Souza
	Luiz Antônio dos Santos Pereira
	Ronan Ramos Evangelista
76757	Helen Isolani Marques
	Sérgio Aversa
76855	Emília Pinheiro Carneiro Barros
	Thelma Cristina Nascimento de Sousa Lander
76791	Davi de Oliveira Emerick
	Samira Vilaça Araújo
	Elis Souza Rios
76835	Jennifer Santos Moreira de Carvalho
76894	Ighor de Bastos Ank
76906	Alef Caetano Silva
	Ighor de Bastos Ank
76911	Thalys José Rodrigues de Oliveira
76914	Amanda Moreira de Souza
	Caroline Braga de Souza
	Laila Farinha Rodrigues
76915	Ana Luzia Carlos Pimenta de Moraes
76929	Gisele de Carvalho Fernandes
	Paulo Augusto Borges
76935	Lucas Henrique Bernardo da Silva
	Ana Luzia Carlos Pimenta de Moraes
76936	Luisa Moraes Pedrosa
	Mateus Fonseca Junqueira
76937	Leandro Henrique Dantas
	Lorena Kelly Santos
	Pablo Henrick Sales de Moraes
	Bruno Afonso Silva
	Karla Daniela Rodrigues
	Miriã Isabela dos Santos
Débora Carolina Marciano e Silva	

	Leonardo Ferreira de Lima
	Danielle Cristina Antunes

Em conformidade com os itens 6.9 a 7.8 do edital em epígrafe, passa-se agora à fase eliminatória e classificatória de seleção dos candidatos, os quais serão avaliados em audições públicas, observados os critérios de avaliação previstos, por profissionais sorteados dentre aqueles credenciados pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

As audições serão realizadas no Teatro da Assembleia, entre os dias 16 e 19 de março de 2019, das 9h às 12h e das 14h às 17h, podendo acontecer em 1, 2, 3 ou 4 dos dias disponibilizados.

A data e horário da audição de cada um dos candidatos ou grupos habilitados será publicada no *Diário do Legislativo* e na página da internet da ALMG (www.almg.gov.br/almg_cultural).

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.